

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 131/2023
Data: 03/08/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	4
EXPANSÃO DE FERROVIAS PASSA POR INVESTIMENTOS, SEGURANÇA JURÍDICA E DEMANDA, DIZEM ESPECIALISTAS	4
ZPE EM SANTOS: EXPECTATIVA DE NOVIDADES EM CURTO PRAZO, AFIRMA BRUNO ORLANDI.....	5
TÚNEL DAS CATRAIAS EM SANTOS SERÁ INTERDITADO PARA OBRAS A PARTIR DESTA SEXTA-FEIRA	6
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	7
GOVERNO DO ESTADO EM PARCERIA COM APEXBRASIL CAPACITA EMPRESAS MARANHENSES PARA EXPORTAÇÃO	7
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS.....	9
REUNIÃO COLEGIADA - PUBLICADA PAUTA DA 548ª REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA	9
GOV.BR – MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA - DF.....	10
NA ESTRADA #010: A RETOMADA DOS INVESTIMENTOS EM FERROVIAS NO BRASIL	10
ACORDO INÉDITO ENTRE MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNIDADES INDÍGENAS VAI DESTRAVAR DUPLICAÇÃO DA BR-101/AL	10
INFRAESTRUTURA - DECISÃO DO TCU PERMITE SOLUÇÕES PARA CONTRATOS INADIMPLENTES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	13
BE NEWS – BRASIL EXPORT	13
EDITORIAL – UM NOVO HORIZONTE PARA AS CONCESSÕES PÚBLICAS	13
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	14
<i>Renegociação</i>	14
<i>H2V 1</i>	14
<i>H2V 2</i>	14
<i>Inovação</i>	15
<i>Despachantes</i>	15
NACIONAL - EMPRESAS RECEBEM AVAL DO TCU PARA DESISTIR DE DEVOLVER CONCESSÕES	15
NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ABRE LICITAÇÃO PARA DUPLICAR VIA EM TERRAS INDÍGENAS	16
NACIONAL - SP E COMITIVA DA ARÁBIA SAUDITA DEBATEM FUTURA COOPERAÇÃO E INVESTIMENTOS	16
PAÍS ÁRABE VAI IMPORTAR CAPRINOS BRASILEIROS MEDIDA FOI ANUNCIADA PELO MINISTRO DA AGRICULTURA, CARLOS FÁVARO, EM MISSÃO OFICIAL AO PAÍS.....	17
NACIONAL - RIO BRASIL TERMINAL TERÁ NOVO SERVIÇO QUE CONECTA EUROPA À AMÉRICA DO SUL.....	18
REGIÃO SUDESTE - SINDISAN COMPLETA 86 ANOS TRABALHANDO POR MELHORES ACESSOS AO PORTO DE SANTOS	19
REGIÃO SUDESTE - TÚNEL DA TRAVESSIA DE CATRAIAS SERÁ INTERDITADO PARA OBRAS A PARTIR DE SEXTA-FEIRA	19
REGIÃO SUDESTE - APS VAI CONSTRUIR RAMPA PARA CICLISTAS NA PASSARELA DA ALFÂNDEGA	20
REGIÃO SUDESTE - PREFEITURA DE GUARUJÁ INICIA REESTRUTURAÇÃO VIÁRIA DE ACESSO AO FUTURO AEROPORTO	21
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	22
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS ADERE AO MANIFESTO ESG DO PORTO DE SANTOS	22
AEAS PROMOVE MAIS UMA EDIÇÃO DO 'HIDROVIA JÁ' COM O TEMA 'INDÚSTRIA & PORTO – DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL INTEGRADO A PORTOS FLUVIAIS'	22
COM MEGATERMINAL DA EL DORADO, PORTO DE SANTOS PODE QUADRUPLOCAR EXPORTAÇÃO DE CELULOSE EM 10 ANOS ...	23
RECORDE HISTÓRICO: PORTO DO PECÉM EMBARCA MAIS DE 72 MIL TONELADAS DE PLACAS DE AÇO EM UM ÚNICO NAVIO ...	24
GERALDO ALCKMIN OUVI, NA CNT, AS DEMANDAS DOS TRANSPORTADORES BRASILEIROS	25
OPERAÇÕES NO PORTO DE CABEDELO MANTÉM PROJEÇÕES E SEGUEM EM ALTA NO MÊS DE JUNHO	26
SUAPE TEM SALDO POSITIVO NO PRIMEIRO SEMESTRE E ALINHA CRESCIMENTO COM SUSTENTABILIDADE E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	26
JORNAL O GLOBO – RJ.....	28
LIRA CITA FALTA DE CONSENSO E DIZ QUE NÃO HÁ DATA PARA VOTAR ARCABOUÇO FISCAL NA CÂMARA	28
PACHECO CRITICA STF SOBRE DESCRIMINALIZAÇÃO DE PORTE DE DROGA E PISO DE ENFERMAGEM.....	29
HADDAD DEFENDE 'AMPLIAÇÃO' DA BASE DO GOVERNO PARA DAR 'MAIS CONFORTO' NAS VOTAÇÕES	30
'A BOLA ESTÁ COM A CHANGI', DIZ MÁRCIO FRANÇA APÓS DECISÃO DO TCU QUE PERMITE EMPRESA FICAR NO GALEÃO.....	31
REFORMA TRIBUTÁRIA: LIRA DEVE LEVAR TEXTO A PACHECO HOJE, FORMALIZANDO INÍCIO DA TRAMITAÇÃO NO SENADO .	32
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	33
FIBRA ÓTICA NOS RIOS DA AMAZÔNIA PROMETE CONECTAR 59 CIDADES, EM INICIATIVA SEM PROPORÇÕES NO MUNDO.....	33
PETROBRAS CORTA 76% DOS EMPREGOS NO NORDESTE E DIZ QUE REDUÇÃO É PARTE DE 'PLANO ESTRATÉGICO'	36
SAÍDA PELO PACÍFICO: BRASIL QUER USAR PROJETO PARA CRIAR UM 'ANEL DE FIBRA' NOS PAÍSES AMAZÔNICOS	37



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 131/2023
Página 3 de 48
Data: 03/08/2023
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

MERCADO VÊ POSSIBILIDADE DE CORTE DE 0,75 PONTO NA SELIC NAS PRÓXIMAS REUNIÕES DO COPOM	38
VALOR ECONÔMICO (SP).....	40
PROJETOS DE INFRAESTRUTURA IMPULSIONAM O BRASIL	40
TCU LIBERA NOVA SAÍDA PARA CONCESSÕES COM PROBLEMAS; GALEÃO E VIRACOPOS DEVEM ADERIR.....	41
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	43
EDITAL DE ARRENDAMENTO TRANSITÓRIO PARA ITAJAÍ PREVISTO PARA 25 DE AGOSTO.....	43
FROTA DE APOIO MARÍTIMO FECHOU 1º SEMESTRE COM 410 EMBARCAÇÕES.....	44
PROJETO WIND HUNTER DESENVOLVE SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA PURIFICADA PARA GERAÇÃO DE HIDROGÊNIO	45
YANMAR DESENVOLVE SISTEMA DE CÉLULA DE COMBUSTÍVEL DE HIDROGÊNIO PARA NAVIOS	45
DNIT PUBLICA EDITAL PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS IP4 DA REGIÃO AMAZÔNICA	46
PORTOS RS REALIZA MANUTENÇÃO GERAL DA SINALIZAÇÃO NÁUTICA	46
HUB DE H2V DO COMPLEXO DO PECÉM: FORTESCUE APRESENTA SEU PRIMEIRO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL	47
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA.....	48
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	48



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

EXPANSÃO DE FERROVIAS PASSA POR INVESTIMENTOS, SEGURANÇA JURÍDICA E DEMANDA, DIZEM ESPECIALISTAS

Governo Federal tem como meta ampliar, até 2035, participação do modal na matriz de transportes de 17% para 40%

Por: *Bárbara Farias*



Tipo de contrato permite ao agente privado exercer o protagonismo do desenvolvimento das ferrovias Foto: Ricardo Botelho/Minfra

O Governo Federal tem como objetivo ampliar o escoamento de cargas de exportação, especialmente grãos, por ferrovias. A meta é que a participação do modal ferroviário na matriz de transporte nacional salte de 17% para 40%, de acordo com o ministro dos Transportes, Renan Filho. Contudo, para que essa projeção saia do papel e se torne realidade, não basta construir ferrovias, é preciso segurança jurídica e

demanda de carga, alertam especialistas em logística ouvidos por A Tribuna.

Em entrevista ao InfoMoney, na terça-feira, Renan disse que o processo para alavancar as estradas de ferro no País passa pelo equacionamento dos pedidos de revisão de contratos e a devolução de concessões para destravar R\$ 80 bilhões em investimentos.

Nesta quarta-feira (2), em Brasília, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou que concessionárias de infraestruturas públicas renegociem seus contratos de concessão com o Governo Federal sem a necessidade de abertura de uma nova licitação.

Segundo a advogada Maria Cristina Gontijo, atuante na área de Direito Regulatório e professora de Direito dos Transportes Ferroviários, Ambiental e de Direito Marítimo e Portuário, é importante que a equação seja realizada de forma organizada e coordenada entre agências e ministérios, assim como o Tribunal de Contas da União (TCU), assegurando o cumprimento dos contratos por parte dos autorizatários e arrendatários destes serviços.

“Várias concessões, infelizmente, são objeto de revisão, com processo de remodelagem dos contratos da concessão antiga e da nova. O objetivo é retomar os projetos com eficiência e garantir a segurança jurídica das contratações. Isso se dará principalmente pela revisão do modelo e dos percentuais e parâmetros das futuras concessões e renovações. Não adianta propor uma modelagem impossível de cumprir por parte dos concessionários e sem instrumentos de compliance”.

A especialista explicou ainda que a possibilidade de rescisão de contratos por não cumprimento das concessionárias não é algo novo. “Porém, no momento em que vivemos, em que os contratos estão submetidos a instrumentos de compliance, o TCU, por exemplo, já possui posição de mudança de parâmetros para garantir eficiência e segurança jurídica. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) deve seguir estes novos parâmetros, a exemplo do que aconteceu com as rodovias”.

Já o presidente da Associação Brasileira de Engenharia Portuária, Hidroviária e Costeira (Comport), Ernani Muraro, destacou que, antes de alavancar o setor ferroviário, é preciso analisar duas situações.

“Uma coisa é a capacidade instalada das ferrovias. Elas precisam evoluir. Ou o Governo Federal investe ou solta os termos de autorização, e nesse meio, tem muito especulador. Outra coisa é tirar a carga da rodovia para a ferrovia. Não é só construir a ferrovia, e se for mais barato escoar a carga por rodovia? E se o operador da ferrovia cobrar tão caro que fica mais barato por rodovia?”, observou.

Já do ponto de vista logístico, o tecnólogo em Logística e Transportes e sócio e consultor da Agência Porto Consultoria, Ivam Jardim, afirmou que “os portos de Santos, Paranaguá (PR) e Itaqui (MA) serão os demandados até que sejam desenvolvidos novos corredores com acesso ao mar como, por exemplo, até Miritituba (PA) via hidrovia.

Quanto aos benefícios do transporte ferroviário, Jardim afirmou que “dos portos para o interior, os benefícios da troca de modal são nítidos, pois o transporte de cargas por ferrovias costuma ser mais eficiente em termos de custos em comparação com o rodoviário. As ferrovias têm maior capacidade de carga e consumo de combustível mais baixo, o que pode resultar em custos de transporte reduzidos. Do ponto de vista ambiental, o transporte ferroviário é geralmente mais ambientalmente amigável do que o rodoviário. Ele produz menos emissões de gases de efeito estufa e contribui para a redução da poluição do ar e dos congestionamentos nas estradas”.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/08/2023

ZPE EM SANTOS: EXPECTATIVA DE NOVIDADES EM CURTO PRAZO, AFIRMA BRUNO ORLANDI

Secretário de Assuntos Portuários e Emprego fala para A Tribuna sobre os benefícios desta iniciativa
Por: Ted Sartori



Foto: Alexander Ferraz/AT

As Zonas de Processamento de Exportação (ZPEs) são áreas de livre comércio destinadas à produção de bens para exportação e à prestação de serviços vinculados à atividade exportadora. Funcionam como polos industriais, com a finalidade de desenvolver a cultura da exportação, fortalecem a balança comercial, dinamizando a economia. Atualmente, o Brasil tem 11 ZPEs autorizadas a funcionar, com duas delas já em operação, em Pecém (CE) e Parnaíba (PI). Na semana passada, houve a assinatura da resolução que criou a primeira ZPE privada do Brasil, em Aracruz (ES). A iniciativa em território capixaba terá capacidade de expansão para até 5 milhões de metros quadrados. Enquanto isso, na Baixada Santista, a Área Continental de Santos está no alvo para receber uma ZPE. Para falar sobre esse assunto, A Tribuna conversou com o secretário de Assuntos Portuários e Emprego de Santos, Bruno Orlandi.

A ZPE foi um dos assuntos tratados na segunda edição do Summit Porto-Indústria, promovido pelo Grupo Tribuna no mês passado, e no qual você esteve presente. É um caminho ainda muito longo para que ela vire realidade na Baixada Santista? O que falta?

A Prefeitura de Santos tem feito gestões junto aos governos e a iniciativa privada para viabilização desse empreendimento, que em muito contribuirá para a inclusão de cargas de maior valor agregado, alta tecnologia e baixo impacto ambiental na carteira de exportações do Porto de Santos.

Quais as vantagens desse modelo?

Será uma nova economia, que gerará novos e mais qualificados empregos, além de receitas tributárias que contribuirão para a melhoria de qualidade e expansão dos serviços públicos prestados à população. A expectativa é de que haja novidades sobre a ZPE em curto prazo.

É necessária uma solução metropolitana em prol da ZPE, já que todas as cidades se beneficiariam, em especial Santos, Cubatão e Guarujá? Como é possível os municípios se unirem em torno dessa iniciativa?

O novo marco legal de ZPE permite que suas instalações ocorram em diferentes áreas, desde que limitadas a 30 km de distância entre si, o que favorece outras cidades da região, ou seja, é de interesse regional, estadual e nacional. É importante destacar que o Porto de Santos e as cidades que o circundam têm potencial para garantir seu protagonismo em um processo estratégico de reindustrialização do Estado.

Como fazer isso?

As indústrias implantadas na Área Continental teriam a proximidade do Porto de Santos, o que potencializa a redução de custos logísticos, transformando a Baixada Santista em um grande polo empregador. Há espaço para todos, inclusive a orientação do prefeito Rogério Santos (PSDB) é que trabalhe este tema de forma regional, sempre tendo o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida como premissas.

Em Aracruz, no Espírito Santo, foi dado o pontapé inicial para uma ZPE com administração privada. Quais são as semelhanças e diferenças com relação ao que pode ser feito na Área Continental de Santos?

A aprovação do novo marco legal, em 2021, permitiu que a criação de ZPEs fosse autorizada à iniciativa privada e Aracruz é o primeiro exemplo. O estado do Espírito Santo dispõe de uma economia em franco desenvolvimento, além disso, conta com um trunfo logístico: seu complexo portuário, enquanto Santos sedia o principal complexo portuário do Hemisfério Sul, e está situada no Estado de São Paulo, o mais desenvolvido do país, com importante produção industrial. Outra semelhança é o litoral de Aracruz, praticamente todo abrangido pela Lei da Mata Atlântica, como é o caso da Área Continental de Santos.

Quais os exemplos que podem ser aplicados aqui?

É importante destacar que Santos é considerada apta a sediar uma ZPE, seja de iniciativa privada ou pública. Inclusive, a Área Continental de Santos já dispõe de zoneamento compatível com a implementação de ZPE, e tanto o Governo Federal como o Estadual têm como metas a reindustrialização do Brasil, o que também consta no Plano de Metas do Município.

O fato de Márcio França ter assumido o Ministério de Portos e Aeroportos trouxe os holofotes para Santos e o Porto, além do Guarujá, com o aeroporto. É possível aproveitar ainda mais essa espiral positiva de aproximação em prol de mais projetos?

Sem dúvida, a presença em Brasília de um ministro que conhece a região configura um alinhamento positivo, gerando uma oportunidade para impulsionar projetos. Para aproveitar esse olhar sensível às necessidades da Baixada Santista, é importante estabelecer parcerias entre os governos federal, estadual e municipal, bem como a iniciativa privada. Isso acelera a ligação seca entre Santos e Guarujá, a revitalização do Parque Valongo, a ligação Planalto-Baixada, o novo acesso ao porto através da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips), a relação Porto-Indústria e a implantação da ZPE, o novo viaduto dos fundos da Alemoa, o estacionamento de caminhões e o túnel ligando a Zona Leste à Zona Noroeste.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/08/2023

TÚNEL DAS CATRAIAS EM SANTOS SERÁ INTERDITADO PARA OBRAS A PARTIR DESTA SEXTA-FEIRA



Previsão é de que o trabalho seja concluído em 20 dias
Por: ATribuna.com.br

Túnel de catraias na travessia Vicente de Carvalho-Santos será interdito para reparos Foto: Alexander Ferraz/AT



O túnel utilizado pelas catraias, que liga o canal do Porto de Santos à Bacia do Mercado, também em Santos, será interditado pela Autoridade Portuária de Santos (APS) a partir das 12 horas desta sexta-feira (4). A decisão foi acompanhada pela Capitania dos Portos e Associação dos Catraieiros.

A medida visa evitar a queda de blocos de concreto do túnel sobre os 15 mil usuários do meio de transporte, que já é centenário. A previsão é de que o trabalho seja concluído em 20 dias.

Durante o tempo de interdição, os usuários que vêm de Vicente de Carvalho desembarcarão em flutuante especialmente preparado junto ao Armazém 15 e seguirão a pé pelo trecho do cais até atravessarem a Avenida Perimetral na margem direita e acessarem a Bacia do Mercado. O mesmo trajeto será feito no retorno dos usuários.

O trajeto a pé, tanto para embarque como para desembarque, já é realizado quando a cheia da maré obriga a interdição do túnel.

Por determinação do presidente da APS, Anderson Pomini, haverá presença constante da Guarda Portuária no trecho do cais a ser percorrido pelos usuários das catraias, garantindo segurança nas travessias por onde passam trens e caminhões. Também será providenciada iluminação nas áreas cercadas por vegetação, próximo à Avenida Perimetral.

“É uma medida provisória enquanto reforçamos todo o teto do túnel. A instalação do flutuante foi inspecionada pela Capitania dos Portos e teve o acompanhamento constante do presidente da Associação dos Catraieiros, Fernando Miranda. A obra acontece para dar mais segurança aos usuários e para evitar acidentes como o ocorrido no dia 26, quando um pedaço de concreto atingiu uma passageira das catraias”, afirmou o presidente.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 03/08/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

GOVERNO DO ESTADO EM PARCERIA COM APEXBRASIL CAPACITA EMPRESAS MARANHENSES PARA EXPORTAÇÃO

Na última segunda-feira (31), foi iniciada, na sede da Fecomércio-MA, a primeira Capacitação Coletiva do Programa de Qualificação para Exportação (...)

Por: Luiz Valério - Fonte: Secom Maranhão



Foi iniciada, na sede da Fecomércio-MA, a primeira Capacitação Coletiva do Peiex Maranhão, voltada para as empresas selecionadas no programa (Fotos: Divulgação).

Tem cor, sabor e aroma de café, mas, não é café convencional. Essa é a proposta da empresa Café Açaí, que produz a bebida mais conhecida pelos brasileiros, a partir da semente do açaizeiro e possui alto potencial nutritivo. A Café Açaí é uma das 75 empresas que serão capacitadas por meio do Programa de Qualificação para Exportação (Peiex) - Maranhão, fruto de parceria do Governo do Estado, por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil).



Na última segunda-feira (31), foi iniciada, na sede da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Maranhão (Fecomércio-MA), a primeira Capacitação Coletiva do Peiex Maranhão, voltada para as empresas selecionadas no programa. Serão 24, no total, ocorrendo em São Luís, com transmissão ao vivo para o polo de Imperatriz. O programa tem como objetivo capacitar os empreendimentos para atuarem na área da exportação e avançar nos mercados internacionais. Esta é a segunda edição do programa no Maranhão.

"A novidade desta edição do programa é o polo em Imperatriz, que oportuniza essa experiência também às empresas da região Tocantina. Esperamos que desse ciclo de capacitação saiam empreendimentos mais competitivos para o mercado exterior", pontuou o presidente da Fapema, Nordman Wall, acrescentando que é meta do governo Carlos Brandão promover ações visando impulsionar negócios com o objetivo de gerar emprego e renda.

O assessor Especial da Secretaria de Estado da Indústria e Comércio (Seinc), José Mendes, participou do evento, representando o titular da pasta, Júnior Marreca, e destacou a importância dessa capacitação ao empresariado maranhense. "A Seinc está de braços abertos e não mede esforços para que o Peiex seja um sucesso e as empresas maranhenses possam avançar nesse mercado da exportação", ressaltou Mendes. A secretaria disponibiliza o ambiente institucional para que a equipe atue junto às empresas maranhenses.

Para o coordenador do Peiex, Ricardo Cruz, "esta etapa do programa se configura na concretização de uma iniciativa que vai proporcionar o crescimento de muitas empresas maranhenses e garantir a oportunidade de competir nos mercados exteriores. É uma satisfação ser parte deste esforço para alavancar as boas ideias do Maranhão mundo afora", destacou.

"Esse é um importante momento de integração entre as instituições e a Fapema, em que o foco é atender a classe empresarial, vislumbrando a ampliação de sua expertise para o mercado internacional. Uma união de forças e de esforços, para alavancar os negócios do Maranhão", enfatizou o assessor de Orçamento da Fapema, Natanael Viana.

Capacitação

A capacitação contou com palestras de abertura, ministradas pelo coordenador do Centro Internacional de Negócios da Federação das Indústrias do Maranhão (Fiema), Carlos Jorge Macedo; e do gerente de Mercado do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) – Maranhão, Dênio Carneiro. Eles trataram sobre ações de promoção comercial, estratégias de mercado e comércio exterior.

Participaram, também, empresários de diversas regiões do Estado, como São Luís, Coroatá, Humberto de Campos e Imperatriz, tanto presencial como de forma remota. Na ocasião, houve apresentação dos produtos e relatos sobre a expansão de mercados, a ser possibilitada pela inclusão no Peiex.

"Sem dúvidas, integrar este grupo do Peiex é a grande oportunidade que buscamos para termos mais conhecimento do mercado exterior e vislumbrarmos maior divulgação do nosso produto. Agradecemos ao Governo do Estado e à ApexBrasil por essa rica experiência, pois temos certeza que vamos avançar bastante com esse aprendizado", frisou o CEO da Café do Açaí, Celso Valois.

O café é descafeinado e tem a vantagem de estimular a produção e a preservação do açaizeiro, destaca o empresário. "Nosso produto não é apenas um negócio, é um negócio sustentável para o meio ambiente e saudável para o ser humano. O caroço do açaí, que é geralmente descartado, é a parte mais nutritiva do fruto. Vimos este potencial, estamos lançando este produto no mercado e sabemos que as pessoas serão atraídas pelo seu sabor nutritivo", avaliou Célio Valois.

Com a proposta de potencializar produtos originados do babaçu, impactando na vida das comunidades produtoras e de quebradeiras do coco, a empresária Márcia Vewe, fundou a Apoena Industrial, da qual é CEO. A empresa possui fábrica no município de Coroatá, onde o processo de produção tem total aproveitamento do babaçu, reforçando a característica da sustentabilidade.



“Acreditamos que o coco babaçu pode determinar uma cadeia de mudanças sem precedentes e muito positiva para os agentes do segmento. Nosso objetivo é produzir produtos nobres dos subprodutos do babaçu, melhorando o potencial industrial e mercadológico deste produto. Considero que, participar do Peiex é importante para disseminar essa cadeia produtiva internacionalmente. São itens já utilizados no ramo da alimentação e beleza e queremos potencializar sua comercialização”, frisou Márcia Vewe.

Mais sobre o Peiex

O Peiex é oferecido pela ApexBrasil com o intuito de preparar as empresas brasileiras para iniciar o processo de exportação de forma planejada e segura.

Por meio da execução de 33 convênios em 2022, o programa atendeu e qualificou 3.522 empresas, nas 5 regiões do país. Desse total de empresas: 67% (2.380) estão na categoria de micro e pequenas empresas (MPEs); 516 exportaram, com valor total de US\$ 1,62 bilhões. Essas 516 empresas exportaram produtos de 18 segmentos em 2022, com destaque para: Alimentos e Bebidas (57%), Produtos Agropecuários (22%), Moda, Higiene Pessoal e Cosméticos (13%), Máquinas e Equipamentos, Aparelhos e Materiais Elétricos (2,9%) e Madeira, Móveis e Outras Manufaturas (1,5%).

* O conteúdo de cada comentário é de responsabilidade de quem realizá-lo. Nos reservamos ao direito de reprovar ou eliminar comentários em desacordo com o propósito do site ou que contenham palavras ofensivas.

Fonte: *Mercos Shipping Marítima Ltda*

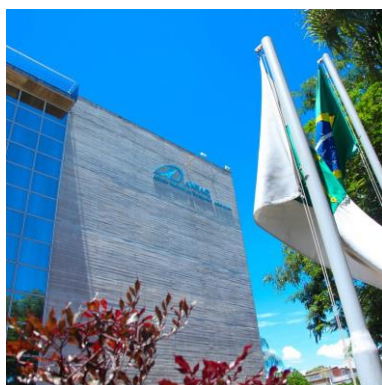
Data: 02/08/2023



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

REUNIÃO COLEGIADA - PUBLICADA PAUTA DA 548ª REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA



Reunião iniciará na próxima segunda-feira (07) será virtual e terá a duração de 48h

A Reunião Colegiada será virtual e acontecerá via SEI

Brasília 03/08/2023 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) realiza a sua 548ª Reunião Ordinária de Diretoria (ROD), que será virtual via SEI, no período das 14h de 07 de agosto até às 14h do dia 09 do mesmo mês.

Nesta modalidade cada diretor se manifestará de forma eletrônica nos prazos e horários estabelecidos no Calendário de Reuniões.

Confira a pauta da 548ª Reunião Ordinária de Diretoria

<https://www.gov.br/antag/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/reunioes-deliberativas/atas-e-pautas-das-reunioes>

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

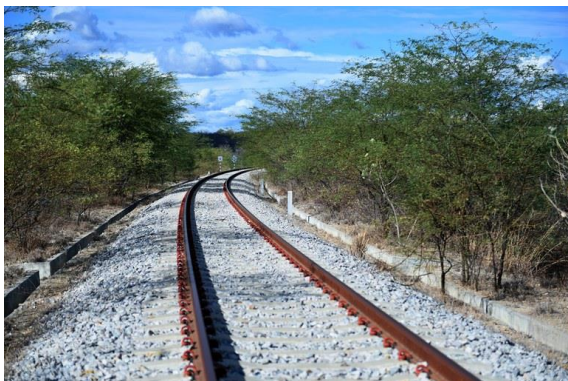
Fone: (61) 2029-6520

FAX: (61) 2029-6517

E-mail: asc@antag.gov.br

Data: 03/08/2023

Décimo episódio do podcast do Ministério dos Transportes trata da importância de desenvolver a malha ferroviária



As obras do último trecho da Fiol são um dos temas abordados no podcast do Ministério dos Transportes. - Foto: Ricardo Botelho

O décimo episódio do podcast Na Estrada já está no ar. Nesta edição, o programa do Ministério dos Transportes explica a retomada dos investimentos em ferrovias e a importância da malha ferroviária para o desenvolvimento do Brasil. O episódio trata, ainda, dos motivos que levaram o país a ter retrocedido na expansão do segmento ao longo dos anos.

Nos primeiros seis meses de gestão, o Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, iniciou o último trecho de obras da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Fiol) e concluiu as obras da Ferrovia Norte-Sul, em funcionamento depois de 30 anos de projetos e intervenções.

Além da Fiol, Norte-Sul e da Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (Fico), o governo trabalha no projeto da Transnordestina, linha férrea que fará a ligação entre o município de Salgueiro e o Porto de Suape, em Pernambuco, aumentando ainda mais a integração no Nordeste brasileiro.

Com participação especial do ministro Renan Filho, o novo episódio está disponível no Spotify e no SoundCloud.

Veja abaixo os principais temas tratados no episódio:

- Retomada dos investimentos em construção e ampliação de investimento nas rodovias do país;
- Importância da malha ferroviária para o desenvolvimento brasileiro;
- Entrega da ferrovia Norte-Sul;
- Conclusão do último trecho de obras da Fiol, integrando com a Fico.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 03/08/2023

ACORDO INÉDITO ENTRE MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES E COMUNIDADES INDÍGENAS VAI DESTRAVAR DUPLICAÇÃO DA BR-101/AL



“Seguimos a orientação do presidente Lula de pensar no desenvolvimento dos transportes e do país sempre levando em conta o cuidado ambiental e as necessidades das comunidades originárias”, afirmou o ministro Renan Filho

Assinatura do TAC ocorreu na sede do Ministério dos Transportes - Foto: Márcio Ferreira

As assinaturas de 10 pessoas em um documento de 12 páginas podem parecer um

simples passo burocrático, mas elas vão garantir que uma obra fundamental para cerca de 100 mil pessoas, esperada há quase duas décadas, finalmente seja retomada. O inédito termo de ajustamento de conduta da BR-101-AL, assinado nesta quarta-feira (2) por integrantes do Governo Federal e representantes de comunidades indígenas, tem valor legal e garante a execução das contrapartidas negociadas entre as partes.

“É um momento histórico para o Governo Federal e para o Ministério dos Transportes. Seguimos a orientação do presidente Lula de pensar no desenvolvimento dos transportes e do país sempre levando em conta o cuidado ambiental e as necessidades das comunidades originárias. Com essa obra, vamos propiciar segurança, reduzir acidentes e permitir que todas as comunidades se desenvolvam da melhor maneira”, afirmou o ministro dos Transportes. Renan Filho.

Um dos principais efeitos positivos da obra será o aumento da segurança viária. Nos últimos anos, foram mais de 150 mortes nos trechos afetados pelo TAC, como as de Antonio José Filho, o cacique Antonio Isidorio, 66 anos, da aldeia Karapotó Terra Nova, e seu filho Rosivan dos Santos, o Tingo, de 33 anos. Ambos faleceram em 11 de setembro de 2014. Foi justamente o cacique Antonio que começou a discussão do TAC no início do século, que hoje tem a participação da sua filha, a cacica Nena Karapotó.

“Hoje a duplicação, para nós Karapotó, por ele ter falecido da forma que faleceu, a duplicação para nós faz parte do nosso objetivo de alcançar isso para que não torne mais vítima do que foi o meu pai”, disse a cacica Nena. A assinatura será a primeira da história a ser realizada pelo Ministério dos Transportes, por meio do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com representantes dos ministérios da Saúde e dos Povos Indígenas, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e representantes das comunidades locais em uma rodovia federal.

Quais são as obras?

- Com a assinatura do acordo, o Ministério dos Transportes abrirá licitação para a duplicação de 10 quilômetros localizados no município de Joaquim Gomes;
- Nos municípios de Junqueiro e São Sebastião serão realizadas a duplicação de outros dois quilômetros de pistas, além de obras remanescentes. A abertura da licitação está prevista para setembro;
- As melhorias vão beneficiar cerca de 100 mil pessoas que moram nas regiões – entre elas, 2 mil famílias indígenas. Ao todo, serão investidos cerca de R\$ 250 milhões.





Contrapartidas

- "O TAC vai fortalecer a infraestrutura educacional, de saúde e familiar. Agora temos escola, postos de saúde e toda assistência necessária para nossa comunidade", destacou o comitê gestor dos planos ambientais e líder comunitário, Igor Hebert do Vale Freitas.
- aquisição de terras escolhidas pelas comunidades originárias;
- Destinação de veículos para cada comunidade: tratores, caminhonetes, motocicletas, ônibus escolares e transportes exclusivos para assistência médica. Cada comunidade pôde decidir quais veículos atenderiam suas necessidades;
- Construção de uma Unidade Básica de Saúde (UBS);
- Construção de estruturas como escolas, quadras esportivas e campos de futebol.
- As compensações foram estabelecidas a partir de Planos Básicos Ambientais Indígenas (PBAI), que coletam as demandas das comunidades afetadas. Ao todo, foram necessários quatro PBAIs para sistematizar os itens considerados prioritários.
- "O Governo Lula veio justamente para reafirmar os direitos constitucionais dos povos indígenas e fazer ações concretas. Esse é o grande diferencial: fazer que os povos sejam ouvidos, mas também atendidos", disse a presidenta da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), Joenia Wapichana.

Negociações

"A gente preza muito pelo diálogo", afirmou o índio Tapejara Edmilson José da Silva, cacique da aldeia Wassu Cocal, ainda com a memória vívida das diversas reuniões que participou com DNIT, Funai, Ministério Público Federal e as organizações indígenas para chegar a um bom resultado às todas as comunidades. Agora, com o TAC, que documenta todas as contrapartidas necessárias para a realização da duplicação, os moradores originários têm a garantia de que as obras vão ocorrer.

Porém, nem sempre foi assim. O prefeito de Joaquim Gomes, Adriano Ferreira, lembra que, nas gestões anteriores do Governo Federal, especialmente em 2020, todo o processo de diálogo parou. O contrato com a empresa responsável pelos estudos acabou rescindido e houve paralisação dos trabalhos de campo por conta da pandemia de covid-19. Até a gestão atual, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reassumir o Executivo nacional.

As conversas para a conclusão do TAC foram retomadas no início deste ano, quando o ministro Renan Filho apresentou um plano de ações a lideranças indígenas, representantes do MPF, do DNIT, da Funai e Secretaria Especial de Saúde Indígena do Ministério da Saúde. O impacto das intervenções ocorrerá nas comunidades tradicionais dos povos Wassu-Cocal, Karapotó, Karapotó Plak-ô e Kariri-Xocó.

"Sem dúvida a gente coloca um ponto final nisso, né? A gente tem, a partir da assinatura desse TAC, a certeza de que a obra vai se iniciar na verdade sem mais nenhuma discussão", disse o prefeito. "A gente espera que dê tudo certo daqui para frente e as coisas melhores mais dentro da comunidade", completou o cacique da aldeia Wassu Cocal.

"É um momento de avanço para essas comunidades alagoanas e para o Brasil como um todo. Agora chegamos a um denominador comum importante. As obras serão retomadas e os indígenas terão as suas recompensações. É um TAC muito importante para a dignidade dessas comunidades", afirmou o procurador da República Érico Gomes de Souza, que assinou o TAC representando o Ministério Público Federal e acompanhou todas as discussões.



INFRAESTRUTURA - DECISÃO DO TCU PERMITE SOLUÇÕES PARA CONTRATOS INADIMPLENTES DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Medida moderniza processos de concessões, permite suspender relotações mediante renegociação do contrato e tem potencial de destravar R\$ 40 bilhões investimentos até 2026

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou o uso de soluções consensuais em contratos de concessão, possibilitando a suspensão de relotações em andamento. Com a medida, concessionárias terão condições de retomar investimentos, garantindo a elevação do nível de serviço prestado à população. A decisão responde a consulta formulada pelos ministérios dos Transportes e de Portos e Aeroportos no início do ano. A medida tem o potencial de injetar R\$ 40 bilhões, durante os quatro anos da atual gestão federal, em estradas e ferrovias do país.

“Alinhada com modernas práticas do Direito, a decisão do TCU é divisor de águas para as concessões do país e uma grande vitória para o nosso governo: destrava investimentos, dá segurança e qualifica o serviço prestado”, comemorou o ministro dos Transportes, Renan Filho.

Próximos passos

Pela manhã, durante evento na Bolsa de Valores de São Paulo, o ministro explicou que a expectativa é que os contratos renegociados sejam adequados à modelagem proposta pela nova gestão para as próximas concessões do setor: só os cinco leilões rodoviários previstos para este ano representam R\$ 66 bilhões em investimentos privados e despesas operacionais.

“Vamos trazer os contratos estressados para o padrão dos novos contratos, que a gente acredita ser um modelo mais moderno, mais sustentável para o país. Com modelos atualizados de contratos, vamos chegar a um denominador comum para buscar competitividade saudável nos leilões e destravar investimentos”, afirmou o ministro. Ao destacar a mudança no ambiente econômico do país, Renan Filho afirmou ainda que o diálogo do Governo Federal com setores produtivos, agências regulatórias e tribunais, como o TCU, tem ajudado a destravar projetos importantes no país. “O momento é favorável a investimentos de longo prazo no Brasil”, concluiu.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério da Infraestrutura - DF

Data: 03/08/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – UM NOVO HORIZONTE PARA AS CONCESSÕES PÚBLICAS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

A decisão proferida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as concessões de infraestrutura nessa quarta-feira, dia 2, é um marco para o setor, abrindo caminho para uma maior capacidade de negociação entre o Governo e as empresas concessionárias. Com a permissão para desistência da devolução de ativos, a gestão de empreendimentos estratégicos, como o Aeroporto Internacional do Galeão, ganha fôlego e o País vislumbra novas oportunidades de investimentos e desenvolvimento.

A mudança de cenário torna-se evidente quando se analisam as implicações da decisão. A empresa Changi, que administra o Galeão, havia solicitado a devolução do aeroporto ao Governo Federal em meio à turbulência causada pela pandemia de Covid-19. No entanto, com a retomada gradual do setor aéreo, sinalizou o desejo de desistir da devolução. A decisão do TCU, ao permitir a flexibilização das obrigações de investimento assumidas pelas empresas, torna possível a celebração de termos aditivos ao contrato, viabilizando uma solução conjunta para a manutenção da operação aeroportuária.

Além dos impactos positivos específicos para o Aeroporto do Galeão, a determinação do TCU estabelece um importante precedente para outras concessões em análise. Sete processos de



relicitação estão em pauta, abarcando ferrovias, aeroportos e rodovias em diferentes regiões do País. A medida não só destrava investimentos e promove a segurança jurídica dos contratos, mas também qualifica o serviço público e fortalece a relação entre o setor privado e o poder público.

O resultado do julgamento é significativo para o Brasil, trazendo um novo horizonte para as concessões públicas e a perspectiva de ampliar investimentos em até R\$ 40 bilhões até 2026. A decisão do TCU também contribui para a retomada econômica do País, fomentando a geração de empregos e estimulando o crescimento de setores estratégicos.

A iniciativa governamental de buscar soluções conjuntas com as empresas é louvável, promovendo um ambiente mais propício à colaboração entre os setores público e privado. Essa postura permitirá uma maior agilidade na resolução de questões relacionadas à gestão de concessões, fortalecendo a governança e impulsionando os programas de investimentos em infraestrutura.

Nesse sentido, é essencial que o Governo Federal, juntamente com as empresas concessionárias, busque soluções alinhadas ao interesse público, assegurando o desenvolvimento equilibrado e sustentável do país. A flexibilização das obrigações de investimento, quando embasada em critérios transparentes e criteriosos, representa uma via para o aprimoramento dos empreendimentos e a oferta de serviços mais eficientes à sociedade.

Por fim, a decisão do TCU reforça a importância da análise minuciosa de cada caso, considerando as particularidades e necessidades de cada concessão. É fundamental que o diálogo entre os atores envolvidos seja constante e voltado para a busca de soluções que tragam benefícios reais à população e promovam o progresso do país. A decisão proferida é um passo significativo rumo ao avanço das concessões públicas de infraestrutura, impulsionando o Brasil em direção a um futuro promissor.

*Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 03/08/2023*

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

RENEGOCIAÇÃO

A decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) permitindo que concessionárias públicas desistam dos pedidos de devolução de seus avos de infraestrutura pública, aprovada nessa quarta-feira, dia 2, também possibilita que elas renegociem seus contratos de concessão sem ter de realizar uma nova licitação. A decisão libera o Governo Federal para colocar em prática seu projeto de modernizar contratos do setor. O Ministério dos Transportes, por exemplo, esperava essa liberação para alterar alguns termos de concessões rodoviárias, o que possibilitará ampliar os investimentos em estradas federais em até R\$ 100 bilhões.

H2V 1

Os primeiros estudo e relatório de impacto ambiental (EIARima) para a implantação de um projeto de produção de hidrogênio verde (H2V) em larga escala no Brasil foi apresentado ontem, quarta-feira, em audiência pública em Pecém, no Ceará. Os documentos foram elaborados pela Fortescue, empresa internacional de metais e energia verde e que pretende instalar uma planta de H2V no Complexo Industrial e Portuário de Pecém. A unidade terá o potencial de produzir 837 toneladas do combustível por dia, consumindo 2.100 megawatts de energia renovável. Cerca de 5 mil empregos devem ser gerados na fase de construção.

H2V 2

Segundo o diretor da Fortescue no Brasil, Luís Viga, a planta planejada por sua empresa vai impulsionar a economia verde no Ceará. “O hidrogênio verde permitirá o estabelecimento de indústrias verdes em grande escala, que impulsionarão o crescimento e criarão muitos empregos para a economia brasileira”, afirmou.

INOVAÇÃO

O Grupo Wilson Sons está entre as cinco empresas mais inovadoras dos setores de transportes e logística no Brasil, segundo o Anuário Valor Inovação Brasil 2023, divulgado nesta quarta-feira.

DESPACHANTES

A segunda edição do Conexão Aduana será realizada hoje, a partir das 9 horas, pelo Sindicato dos Despachantes Aduaneiros de Santos (Sdas), no auditório de sua sede, no Centro de Santos. O evento contará com as apresentações Portal Único e Duimp, com o gerente do Programa Portal Único de Comércio Exterior da Receita Federal, Alexandre Zambrano, e Blockchain e Catálogo de produtos, com o analista da Receita Federal Elton Busarello.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/08/2023

NACIONAL - EMPRESAS RECEBEM AVAL DO TCU PARA DESISTIR DE DEVOLVER CONCESSÕES

Decisão da corte vai impactar principalmente a concessionária do Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br



A Changi, empresa que administra o Galeão, pediu para devolver o aeroporto em 2022, mas com a retomada do setor aéreo, sinalizou que gostaria de desistir da devolução
Crédito: Divulgação

O Tribunal de Contas da União (TCU) concedeu, nesta quarta-feira, 2, o aval para que as empresas que administram concessões no setor da infraestrutura desistam de devolver os ativos. A decisão vai impactar principalmente a gestão do Aeroporto Internacional do Galeão, no Rio de Janeiro.

O processo foi analisado pelo TCU a pedido do Ministério de Portos e Aeroportos. Anteriormente, o Tribunal já havia pautado a peça três vezes, mas as sessões foram adiadas. A Changi, empresa que administra o Galeão, pediu para devolver o aeroporto para o Governo Federal no início de 2022, mas no final do ano passado com a retomada do setor aéreo pós-pandemia de Covid-19 sinalizou que gostaria de desistir da devolução.

O ministro dos Transportes, Renan Filho, e o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, acompanharam a sessão. “Eu quero agradecer muito a decisão do Tribunal (...) E não é o caso só do Galeão, não é o caso só de Viracopos (SP), mas das rodovias em várias atividades do Brasil que a gente vai poder ter soluções”, disse França.

O ministro Renan Filho disse que a decisão do TCU é um “divisor de águas para as concessões no país”. “Destruía investimento, dá segurança e qualifica o serviço público. A expectativa é ampliar o investimento em R\$ 40 bilhões até 2026”, afirmou.

O TCU estabeleceu 15 condições para o fim da licitação. Entre elas estão a licitação formal da empresa e o interesse público na manutenção da concessão. Atualmente, sete processos de relicitação estão em análise pelo tribunal. São eles: Ferrovia Malha Oeste; Aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN); Aeroporto de Viracopos (SP); Aeroporto do Galeão (RJ); BR 163 (MS); BRs 060, 153, 262 (DF, GO e MG) e BR 040 (DF, GO, MG).

Segundo o ministro Márcio França, a Changi ainda não formalizou a intenção de manter a administração do Galeão, mas lembrou que a empresa estava aguardando a decisão do TCU. “Se eventualmente a empresa voltar atrás, nós aceitaremos que ela volte. Se (a empresa voltar e)

amanhã ela tiver problema, vai caducar no contrato dela e então, a gente vai tomar a concessão”, explicou França.

Com a decisão, o TCU abriu a possibilidade de as empresas e a União assinarem um termo aditivo ao contrato, com flexibilização das obrigações de investimento assumidas pelas empresas.

Em nota, a Changi afirmou que tomou conhecimento sobre a decisão do TCU. “A Changi reafirma seu interesse em buscar uma solução conjunta com o Governo Federal que permita ao RIOgaleão manter a operação aeroportuária, respeitadas as condições estabelecidas pelo tribunal”, afirmou a empresa.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/08/2023

NACIONAL - MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES ABRE LICITAÇÃO PARA DUPLICAR VIA EM TERRAS INDÍGENAS

Ministro Renan Filho assina termo de ajustamento de conduta que permite a duplicação de trecho da BR-101-AL

Por **MARÍLIA SENA** marilia@portalbenews.com.br

O ministro dos Transportes, Renan Filho, assinou na quarta-feira, 2, um termo de ajustamento de conduta (TAC) que permite a retomada da duplicação de 12 quilômetros da BR-101/AL.

Segundo o Ministério, este é o primeiro TAC assinado pelo Governo Federal para realização de obras de infraestrutura em rodovia federal que atravessa terras indígenas.

“O acordo foi resultado do diálogo entre o Governo, representantes dos povos e organizações da sociedade civil. Ele assegura que as obras de duplicação da rodovia serão realizadas com o devido respeito aos territórios ancestrais e modos de vida das comunidades”, informou Renan Filho.

Segundo o ministro, foram 17 anos de discussão para a execução das obras, mas sem êxito anteriormente. “Serão investidos R\$ 225 milhões nas obras que beneficiarão mais de 100 mil pessoas que moram nas proximidades”, explicou o ministro.

As obras ficarão a cargo do Departamento Nacional de Trânsito (Dnit). Renan Filho também informou que em setembro outra licitação para a duplicação de vias em dois povoados de Alagoas – Junqueiro e São Sebastião – será aberta.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/08/2023

NACIONAL - SP E COMITIVA DA ARÁBIA SAUDITA DEBATEM FUTURA COOPERAÇÃO E INVESTIMENTOS

Autoridades debateram assuntos como produção agrícola, hidrogênio verde e indústria de alimentos

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@forumbrasilexport.com.br



O governador Tarcísio de Freitas apresentou ao ministro de Investimentos da Arábia Saudita, Khalid Al-Falih, as áreas consideradas prioritárias para investimento no Estado. Foto: Divulgação/Governo do Estado de São Paulo

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), recebeu no Palácio dos Bandeirantes, sede do Governo Estadual, a comitiva saudita liderada pelo ministro de Investimentos da Arábia Saudita, Khalid Al-Falih. No encontro, foram debatidos assuntos como a



alta capacidade agrícola de São Paulo, a produção do gás, além de temas como turismo e indústria de alimentos.

Tarcísio de Freitas fez uma apresentação das áreas consideradas prioritárias para investimento no Estado. Os tópicos apresentados foram a produção do biometano, etanol e hidrogênio verde e a instalação de um parque industrial pujante.

“Temos tomado medidas para estimular o investimento, sobretudo no campo tributário. Essas ações têm sido feitas para facilitar, para desburocratizar o investimento e a instalação de novas empresas. Nos cinco primeiros meses deste ano, o PIB do estado de São Paulo cresceu 2,3%. Tivemos a maior geração de empresas da nossa história, foram mais de 340 mil novas empresas criadas nesses meses e tivemos uma geração positiva de empregos, 240 mil novos postos de trabalho”, disse o governador.

O ministro de Investimentos da Arábia Saudita comentou sobre uma boa impressão a respeito da economia de São Paulo e citou preocupações locais principalmente a respeito da segurança alimentar, comentando que o país e o Estado podem fornecer essa carência.

“É um recurso muito importante e significativo para nós na Arábia Saudita. Temos planos bem detalhados para fornecer alimentos que serão cultivados na água por meio da aquicultura, usando agrotecnologia verde e novas tecnologias, mas só podemos produzir com certas quantidades substanciais de nossos alimentos. Sabemos que o Brasil e São Paulo fornecem a melhor fonte sustentável para isso”, analisou.

Além do ministro dos Investimentos, a comitiva da Arábia Saudita em São Paulo contou com as presenças do chefe do Escritório para as Américas, Abdulrahman Bakir, do vice-ministro adjunto para Promoção de Investimentos, Abdulmajeed Albadrani, e do embaixador da Arábia Saudita em Brasília, Faisal bin Ibrahim Ghulam, além de empresários do país árabe.

Tarcísio estava acompanhado dos secretários Lucas Ferraz, de Negócios Internacionais, Natália Resende, de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, Arthur Lima, secretário-chefe da Casa Civil, Rafael Benini, de Parcerias em Investimentos, Juliana Cardoso, representante da secretaria de Desenvolvimento Econômico, e Rui Gomes, da Investe SP.

Na ocasião, foi assinado um memorando de entendimento da Investe SP com a Saudi Invest, ligada ao Ministério de Investimentos da Arábia Saudita.

Honraria

Antes do início da reunião entre as autoridades, o governador de São Paulo fez a entrega da medalha Ordem do Ipiranga, a mais alta honraria concedida pelo Estado de São Paulo, ao ministro Khalid Al-Falih.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/08/2023

PAÍS ÁRABE VAI IMPORTAR CAPRINOS BRASILEIROS MEDIDA FOI ANUNCIADA PELO MINISTRO DA AGRICULTURA, CARLOS FÁVARO, EM MISSÃO OFICIAL AO PAÍS

Medida foi anunciada pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, em missão oficial ao país

Por **VANESSA PIMENTEL** vanessa@portalbenews.com.br

A Arábia Saudita abriu seu mercado e irá importar caprinos brasileiros, segundo anúncio feito pelo ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, após reunião com o Ministério do Meio Ambiente, Águas e Agricultura (MEWA) do país árabe na última segunda-feira (31).

Com essa abertura, o Brasil acumula 25 novos mercados de exportação para produtos da agropecuária desde o início deste ano. O país tem rebanho de 11,3 milhões de caprinos,

principalmente no Nordeste. Os estabelecimentos interessados em exportar seus produtos devem buscar a habilitação junto ao Ministério da Agricultura brasileiro.

De acordo com o IBGE (2019), o Brasil é o 21º produtor de caprinos com um rebanho de aproximadamente 11,3 milhões, concentrado, majoritariamente, na região Nordeste do país.

“É um país que está investindo e fazendo grandes parcerias com o Brasil, que avançou com a liberação para a exportação de caprinos. É uma grande conquista”, disse Fávaro, em vídeo publicado nas suas redes sociais ao finalizar viagem ao país.

Antes de encerrar a missão ao país, o Ministério da Agricultura negociou a formação de um grupo de trabalho para estruturar a parceria em um programa de conversão de pastagens de baixa produtividade em áreas agricultáveis.

Influenza Aviária Também foram realizadas as tratativas para a regionalização do protocolo de Influenza Aviária de Alta Patogenicidade (IAAP), em caso de detecção de focos em granjas comerciais. O Brasil mantém o status de país livre da doença, sem registros em criações comerciais. Até agora, são 72 casos em aves silvestres e dois em aves de criações domésticas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/08/2023

NACIONAL - RIO BRASIL TERMINAL TERÁ NOVO SERVIÇO QUE CONECTA EUROPA À AMÉRICA DO SUL

Os portos brasileiros farão parte da rota são Santos, Paranaguá, Itapoá e Rio de Janeiro

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@forumbrasilexport.com.br



Segundo a Rio Brasil Terminal, o serviço é operado por uma joint da Cosco, ONE e OOCL, beneficiando principalmente clientes dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais **Crédito: Divulgação**

A partir do mês de setembro, a Rio Brasil Terminal vai passar a contar com a escala de um novo serviço que prevê conectar a Europa e o Mediterrâneo à costa leste da América do Sul. Segundo a empresa, o serviço é operado por uma joint da Cosco, ONE e OOCL, beneficiando principalmente clientes dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Os portos brasileiros que vão fazer parte dessa nova rota a partir do mês que vem são os terminais de Santos, Paranaguá, Itapoá e o do Rio de Janeiro.

O novo serviço terá a linha: Roterdã (Holanda) – London Gateway (Reino Unido) – Hamburgo (Alemanha) – Antuérpia (Bélgica) – Lisboa (Portugal) – Algeciras (Espanha) – Santos (Brasil) – Paranaguá (Brasil) – Montevidéu (Uruguai) – Buenos Aires (Argentina) – Itapoá (Brasil) – Paranaguá (Brasil) – Santos (Brasil) – Rio de Janeiro (Brasil) – Algeciras (Espanha) – Roterdã (Holanda).

“Reafirmamos que nosso compromisso é entregar mais do que um serviço, soluções eficientes que agreguem valor a sua cadeia logística, como toda parceria deve ser”, destacou Eduardo Mendes Gallo, diretor de Comunicações da Rio Brasil Terminal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/08/2023

REGIÃO SUDESTE - SINDISAN COMPLETA 86 ANOS TRABALHANDO POR MELHORES ACESSOS AO PORTO DE SANTOS

Referência na defesa do transporte rodoviário no estado de São Paulo, entidade fez aniversário no dia 1º de agosto

Por **BRUNO MERLIN** bruno@forumbrasilexport.com.br



Apoiando a realização de investimentos nas ligações rodoviárias ao cais santista, o Sindisan está alinhado ao Grupo Brasil Export no “Movimento pelo Sim” Crédito: Divulgação/ECOVIAS

O Sindicato das Empresas de Transporte Comercial de Carga do Litoral Paulista (Sindisan) chega aos 86 anos defendendo melhores condições de acesso ao Porto de Santos, não apenas o principal da região, como o mais movimentado do Brasil. Referência na defesa do transporte rodoviário no estado de São Paulo, a entidade fez aniversário na última terça-feira, dia 1º de agosto.

Apoiando a realização de investimentos nas ligações rodoviárias ao cais santista, o Sindisan está alinhado ao Grupo Brasil Export no “Movimento pelo Sim”, trabalhando junto às autoridades pelo aperfeiçoamento da infraestrutura de transportes, em especial por uma nova ligação entre o Planalto e a Baixada Santista.

Desde 1937, explica o presidente André Neiva, o sindicato representa os interesses do transportador rodoviário de carga “com a certeza de que muito já foi feito, mas ainda há muito a se fazer”. Segundo ele, a frota atual de seus associados conta com caminhões de ponta, com altíssima tecnologia embarcada, sistemas de gerenciamento de risco e rastreamento, além de outras facilidades. “Sem contar os processos relativos aos documentos, cada vez mais digitalizados, trazendo melhorias contínuas para o setor”.

A dificuldade de acesso ao Porto de Santos, no entanto, é o elo mais frágil para a competitividade das operações de transporte de carga no litoral paulista, observa Neiva.

“Desde que foi inaugurada em 1947, a Rodovia Anchieta é o único meio de ligação dos caminhões entre a Baixada Santista e a Capital. As críticas dos usuários são frequentes e, mesmo sabendo da importância dos caminhões na rotina diária da sociedade, eles são sempre alvos de reclamações. Sem dúvida, o acesso é a nossa pauta mais antiga. Lutamos por melhores condições incessantemente, mostramos às autoridades de todas as esferas as necessidades de melhorias e o quanto esta falta de infraestrutura adequada afeta a produtividade do maior complexo portuário da América Latina. Mas nossa força, neste quesito, é limitada a reivindicar e argumentar”.

Atualmente, o Sindisan é presidido por André Neiva, tendo como vice-presidentes os empresários Roseneide Fassina e João Manoel Alves Pinto.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 03/08/2023

REGIÃO SUDESTE - TÚNEL DA TRAVESSIA DE CATRAIAS SERÁ INTERDITADO PARA OBRAS A PARTIR DE SEXTA-FEIRA

Presidente da APS, Anderson Pomini, disse que espera conclusão dos trabalhos em 20 dias

Por **CÁSSIO LYRA** cassio@forumbrasilexport.com.br



O trecho de desembarque montado provisoriamente foi vistoriado nesta semana pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini Crédito: Divulgação/APS

A Autoridade Portuária de Santos (APS), empresa pública gestora do Porto de Santos, anunciou que vai interditar nesta sexta-feira (4 de agosto), às 12 horas, o túnel utilizado pela travessia de catraias, que liga o canal do Porto à Bacia do Mercado, em Santos. Segundo a APS, o local passará por obras de manutenção e a data para interdição foi definida em decisão acompanhada pela Capitania dos Portos de São Paulo e da Associação dos Catraieiros.

Enquanto durar a interdição, os usuários vindos de Vicente de Carvalho (Guarujá) desembarcarão em flutuante especialmente preparado junto ao Armazém 15, e seguirão a pé por trecho do cais até atravessarem a avenida perimetral na margem direita e acessarem a Bacia do Mercado. O trecho de desembarque montado provisoriamente foi vistoriado nesta semana pelo presidente da Autoridade Portuária, Anderson Pomini.

O mesmo trajeto será feito no retorno dos usuários. Vale lembrar que este trajeto a pé, tanto para desembarque como para embarque, já é realizado com frequência quando a cheia da maré obriga a interdição do túnel.

Por determinação do presidente da APS, haverá presença constante de equipes da Guarda Portuária no trecho do cais a ser percorrido pelos usuários das catraias, garantindo segurança nos cruzamentos por onde passam trens e caminhões. Também será providenciada iluminação nas áreas cercadas por vegetação, próximo à Avenida Perimetral.

De acordo com Pomini, ele espera ver a conclusão dos serviços em 20 dias.

“É uma medida provisória enquanto reforçamos todo o teto do túnel. A instalação do flutuante foi inspecionada pela Capitania dos Portos e teve o acompanhamento constante do presidente da Associação dos Catraieiros, Fernando Miranda. A obra acontece para dar mais segurança aos usuários e para evitar acidentes como o ocorrido no dia 26, quando um pedaço de concreto atingiu uma passageira das catraias”, disse o presidente da APS.

Obras

De acordo com a Autoridade Portuária de Santos, a interdição do túnel precisa ser feita a fim de se evitar acidentes. A APS citou uma ocorrência no dia 23 de julho, quando um pedaço de concreto do forro caiu sobre uma passageira, causando ferimento. A vítima precisou ser encaminhada a um hospital, onde passou por atendimento e foi liberada.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/08/2023

REGIÃO SUDESTE - APS VAI CONSTRUIR RAMPA PARA CICLISTAS NA PASSARELA DA ALFÂNDEGA

Por CÁSSIO LYRA cassio@forumbrasilexport.com.br

O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa) aprovou a construção de uma rampa para o acesso de bicicletas junto à passarela que faz a travessia de acesso ao cais, ao lado da Alfândega, sobre a Avenida Perimetral da margem direita do Porto de Santos. O anúncio foi feito após uma solicitação da Autoridade Portuária de Santos (APS), atendendo aos ciclistas que fazem o percurso diariamente da travessia marítima entre Santos e Vicente de Carvalho.

De acordo com a APS, a obra será realizada pela Rumo Logística, visando terminar com o problema enfrentado pelos ciclistas que utilizam diariamente a passarela, que foi construída pela mesma empresa em 2022.

O diretor-presidente da Autoridade Portuária de Santos, Anderson Pomini, recebeu a confirmação da concessionária de empresas da Ferrovia Interna do Porto de Santos (Fips) de que as obras vão começar no dia 1º de setembro.

Segundo a APS, muitos ciclistas utilizam o elevador para entrar e sair da passarela. Isso por conta da inclinação da canaleta de condução das bicicletas, que fica junto às escadas. Os ciclistas não conseguem empurrá-las na subida nem segurá-las na descida.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/08/2023

REGIÃO SUDESTE - PREFEITURA DE GUARUJÁ INICIA REESTRUTURAÇÃO VIÁRIA DE ACESSO AO FUTURO AEROPORTO

Intervenções envolvem serviços de drenagem, calçadas, guias, sarjetas, acessibilidade e pavimentação

Por Cássio Lyra cassio@forumbrasilexport.com.br



Na primeira etapa, os maquinários se concentraram na Avenida Áurea Gonzales de Conde, no trecho que dá sentido à Rodovia Cônego Domênico Rangoni Crédito: Hygor Abreu/Prefeitura de Guarujá

A Prefeitura de Guarujá, no litoral de São Paulo, iniciou na última semana as obras de reestruturação viária do acesso ao futuro Aeroporto Civil Metropolitano, localizado na Base Aérea de Santos. Segundo a Administração, as intervenções envolvem serviços de drenagem, calçadas, guias, sarjetas, acessibilidade e pavimentação.

Conforme comunicado pela Prefeitura, as obras de reestruturação vão ocorrer por faseamento, a partir de trechos, a fim de evitar transtornos à população na mobilidade urbana.

Na primeira etapa, os maquinários se concentraram na Avenida Áurea Gonzales de Conde, no trecho que dá sentido à Rodovia Cônego Domênico Rangoni. De acordo com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, a segunda etapa da reestruturação viária ainda está em fase de licitação e contemplará a Avenida Presidente Vargas (trecho entre a Avenida Acaraú e a Rua São Paulo) e a Rua São Paulo até a Avenida Castelo Branco, no bairro Jardim Cunhambebe.

Com o início das obras, o trecho da Avenida Áurea Gonzales de Conde ficará parcialmente interditado durante o período das obras. Os condutores devem utilizar como rota alternativa a Rua Benedito Justino de Paula.

De acordo com a Prefeitura, o valor do investimento é de R\$ 7.855.345,56, sendo que parte do recurso é proveniente do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento das Estâncias (Dade), ligado à Secretaria de Estado do Turismo, e o restante oriundo de contrapartida municipal. A empresa responsável pelos serviços é a Auditerra.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 03/08/2023



O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DE SANTOS ADERE AO MANIFESTO ESG DO PORTO DE SANTOS

Informações: ACS (03 de agosto de 2023)



Foto: ACS

Na tarde da última terça-feira (01/08) a Associação Comercial de Santos assinou o Manifesto ESG do Porto de Santos.

O momento foi marcado por um ato solene durante a abertura oficial da II Jornada ESG do Porto de Santos, evento promovido pela Autoridade Portuária de Santos entre os dias 1 e 3 de agosto, com o objetivo de fomentar junto à comunidade portuária uma ampla discussão sobre o tema ESG (sigla em inglês que se refere a boas práticas nos campos ambiental, social e de governança).

O Manifesto é uma proposta de engajamento da Autoridade Portuária de Santos com empresas portuárias, associações e entes interessados rumo à construção de um porto mais sustentável para a comunidade.

Para o presidente da Associação Comercial de Santos, Mauro Sammarco, a assinatura do manifesto representa um marco importante para a entidade.

“Através dessa iniciativa, em conjunto com as principais empresas do porto e instituições parceiras, intensificamos a nossa voz e nosso compromisso com a agenda ambiental, social e de governança na nossa região. Assim, podemos potencializar através desses grandes grupos, os benefícios para a nossa sociedade e principalmente aqui na limpeza das nossas praias e do nosso oceano”, enfatiza Mauro.

Confira o Manifesto

O Porto de Santos reconhece a importância dos princípios ambientais, sociais e de governança corporativa (ESG) para o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade corporativa e assume o compromisso, por meio de sua Autoridade Portuária de Santos e demais empresas, de adotar e promover práticas alinhadas com esses valores, com os princípios do Pacto Global e com a Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU). O Porto de Santos acredita que a adoção de medidas ESG, além de fortalecer sua posição no mercado, contribui para um futuro mais sustentável e inclusivo.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/08/2023

AEAS PROMOVE MAIS UMA EDIÇÃO DO ‘HIDROVIA JÁ’ COM O TEMA ‘INDÚSTRIA & PORTO – DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL INTEGRADO A PORTOS FLUVIAIS’

Informações: AEAS (03 de agosto de 2023)



Nona edição do evento técnico ocorre no dia 15 de agosto, com a participação de autoridades do setor e a presença do Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França

Com o objetivo de regularizar o modal hidroviário na região da Baixada Santista, potencializando o desenvolvimento industrial integrado entre o porto e as indústrias, a Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS) promove no dia 15 de agosto, a 9ª edição do evento “Hidrovia Já!” com uma

ampla programação e a participação de autoridades e empresários ligados à área portuária e logística.

Para participar é necessário a inscrição gratuita através do site – www.aeas.com.br/cursos/. Mais informações na secretaria da AEAS (13) 3288-1110.

Na abertura, às 8h30, está prevista a participação do Ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, falando sobre “Investimentos Hidroviários e Industriais para RMBS”.

Outros temas explorados durante todo o dia serão: “Hidrologia, Relevo e Hidrovias”, “Justificativa e Desenvolvimento Sustentável”, “Regulação Hidroviária”, “Transporte Fluvial de Passageiros para RM Baixada Santista”, “Restrições Físicas à Livre Navegação Fluvial” e muito mais.

“O modal hidroviário é o mais econômico em relação à energia, logística e com uma vantagem financeira e turística muito grande. Santos, São Vicente, Guarujá, Bertioga, Praia Grande e Cubatão possuem estuários que se utilizados na sua potencialidade acabariam com o congestionamento do porto e da entrada de Santos. É mais uma possibilidade de integrar esses municípios”, explica o engenheiro eletricista e diretor de Portos da AEAS, Eduardo Lustoza.

Uma das principais necessidades imediatas é a implementação da sinalização nos estuários para o tráfego local já estabelecido de embarcações de turismo, passageiros e carga das comunidades ribeirinhas ao redor da região, bem como para turistas e proprietários de embarcações.

O diretor de Portos ressalta que, embora a região possua atividades marítimas e fluviais em curso, exceto no canal principal do Porto de Santos, a falta de sinalização representa um risco de acidentes devido à falta de orientação governamental para aqueles que navegam nessas águas.

O 9º Seminário Hidrovia Já – ‘Indústria & Porto: Desenvolvimento Industrial Integrado a Portos Fluviais’ é uma realização da Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos (AEAS), com o apoio do sistema Confea-CREA-Mutua.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/08/2023

COM MEGATERMINAL DA EL Dorado, PORTO DE SANTOS PODE QUADRUPLICAR EXPORTAÇÃO DE CELULOSE EM 10 ANOS

Informações: CNN Brasil (03 de agosto de 2023)

Em 2015, porto exportou 2,5 milhões de toneladas de celulose; com inauguração, a projeção é de que até 2025 a capacidade de exportação atinja 10 milhões de toneladas

O Porto de Santos pode quadruplicar o volume de celulose que exporta em um período de 10 anos — especialmente por conta da inauguração do megaterminal da Eldorado Brasil, nomeado EBLog, que acontece nesta segunda-feira (31).



Segundo divulgação da Autoridade Portuária de Santos, em 2015 o porto exportou 2,5 milhões de toneladas de celulose. Em 2022, o volume total exportado foi de 7,1 milhões.

Com a inauguração do terminal, a projeção é de que até 2025 a capacidade de exportação atinja 10 milhões de toneladas.

De acordo com dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviário (Antaq), o principal destino das exportações é a China, que recebe 85% do volume. Na sequência aparecem Itália (6%), Estados Unidos (2%), Alemanha (2%) e Holanda (2%).

O terminal da Eldorado será o sétimo do porto voltado à celulose. O empreendimento tem armazenagem de 50.000 m² e capacidade anual de 3 milhões de toneladas de celulose.

Para isso, a empresa aplicou um investimento de R\$ 500 milhões na construção do terminal, aumentando a competitividade da marca no mercado.

Para o lançamento oficial, será realizada uma cerimônia e um almoço a partir das 10h de hoje no Armazém 33 do Porto Macuco, em Santos.

Atualmente, o Brasil protagoniza o segundo lugar entre os maiores produtores globais de celulose. Em 2021, a produção nacional cresceu 7,4%, chegando a 22,5 milhões de toneladas.

Em 2022, 29% das trocas comerciais brasileiras passaram pelo Porto de Santos. Ao todo foram movimentados US\$ 174 bilhões.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/08/2023

RECORDE HISTÓRICO: PORTO DO PECÉM EMBARCA MAIS DE 72 MIL TONELADAS DE PLACAS DE AÇO EM UM ÚNICO NAVIO

Informações: Complexo Industrial e Portuário Pecém (03 de agosto de 2023)

Terminal offshore de classe mundial, o Porto do Pecém concluiu nesta terça-feira (01) a maior operação de placas de aço da sua história. Foram embarcadas mais de 72 mil toneladas de placas em um único navio, um volume recorde que consolida o terminal portuário cearense como um dos portos mais dinâmicos e efetivos do Brasil.

Produzidas na siderúrgica instalada na Zona de Processamento de Exportação (ZPE) do Ceará, a ArcelorMittal Pecém, as placas de aço foram embarcadas no navio Yasa Ruby, que partiu com destino ao Porto de Houston, nos Estados Unidos. Ao todo, 2.487 placas foram movimentadas durante toda a operação.

“Resultados assim reafirmam a capacidade do Porto do Pecém para realizar esse tipo de operação. Possuímos equipamentos de primeira linha e última geração, além de uma equipe operacional preparada para atender a atual demanda e as novas oportunidades de negócios para o Estado do Ceará”, afirma Roberto de Castro, diretor de Operações do Complexo do Pecém.

OPERAÇÃO DIFERENCIADA

A operação de embarque foi realizada pelas Prestadoras de Serviços Operacionais (PSOs) – Tecer e Unilink – que atuam no terminal portuário do Pecém. Segundo o gerente de Operação Portuária do Complexo do Pecém, José Alcântara, outro diferencial desse procedimento foi sua execução na modalidade mista, que utiliza, além do tradicional suporte de madeira, eletroímãs para o carregamento mais ágil do navio.

“O embarque com eletroímãs melhora a produtividade da operação, principalmente quando movimentamos placas mais pesadas, como foi o caso, e elimina a necessidade do uso de madeira na estivagem da carga. Esse novo recorde é muito importante porque, quando aumentamos a quantidade de carga embarcada por navio, melhoramos



também a performance do porto com a movimentação de navios de maior capacidade, pontua José Alcântara.

Atualmente as placas de aço são a principal carga exportada pelo Porto do Pecém. Produzidas dentro da área da ZPE Ceará, elas chegam ao terminal portuário pelo modal rodoviário e são embarcadas para mais de 20 países do mundo. Somente no primeiro semestre deste ano, mais de 1,46 milhão de toneladas de placas foram movimentadas pelo Complexo do Pecém.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/08/2023

GERALDO ALCKMIN OUVI, NA CNT, AS DEMANDAS DOS TRANSPORTADORES BRASILEIROS

Informações: CNT (03 de agosto de 2023)

Vice-presidente da República esteve na sede do Sistema Transporte, nessa terça-feira (1º), para conversar sobre os principais desafios e entraves para o desenvolvimento do setor e do Brasil

O vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, esteve, nessa terça-feira (1º), na sede do Sistema Transporte, em Brasília (DF), para ouvir as demandas dos transportadores brasileiros. O evento contou com a participação do presidente do Sistema Transporte, Vander Costa, dos diretores da instituição e de representantes de todos os modais do país.

Em sua fala, Vander Costa elencou alguns dos principais desafios e entraves para o desenvolvimento do setor e do Brasil. Ele destacou a sanção da lei que, entre outros temas, estabelece para o transportador a exclusividade na contratação de seguro de cargas. Por outro lado, Vander Costa alertou para os impactos da decisão do STF que declarou inconstitucionais trechos da chamada Lei do Motorista.

Sobre a desoneração da folha de pagamento, Vander Costa afirmou que concorda com o governo federal em buscar um mecanismo definitivo para a toda a economia brasileira, mas, enquanto isso não é possível, é importante garantir que os setores possam continuar com essa condição. O presidente da CNT também parabenizou o governo pela condução da reforma tributária na Câmara dos Deputados.

“Conseguimos colocar uma taxa reduzida para o transporte rodoviário, ferroviário e aquaviário de passageiros. Ficou de fora o aéreo, mas a gente espera que esse aperfeiçoamento seja feito no Senado, também de modo a contemplar o transporte de cargas. A CNT tem a convicção de que a reforma tributária é importante para o Brasil e mesmo que onere algumas atividades, ela tem que ser aprovada. E vamos trabalhar para colaborar nesse sentido.”

No transporte rodoviário de passageiros, Vander chamou a atenção para a concorrência desleal daqueles que trabalham com aplicativos: “Apoiamos a iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego de regular esse segmento. Queremos uma concorrência que seja de alto nível, em que as condições de trabalho sejam as mesmas para todos, e, principalmente, que tenha segurança para os usuários.” O presidente da CNT ainda lembrou da necessidade de investir, efetivamente, na transição energética para o transporte.

Geraldo Alckmin ressaltou a imprescindibilidade do transporte e da logística para o progresso socioeconômico do país e destacou o compromisso do governo com as pautas de interesse dos transportadores. Ele enfatizou a importância de a economia crescer para gerar mais emprego e avançar o setor empresarial. Para tanto, ele disse ser fundamental o equilíbrio do tripé “juros, câmbio e imposto”.

Nesse sentido, Alckmin afirmou que o câmbio brasileiro está num patamar competitivo (em torno de R\$ 4,70) e, sobre o imposto, disse que a carga é elevada, mas a que reforma tributária virá para simplificá-la. O vice-presidente declarou que os juros precisam cair e sinalizou que essa é a



expectativa do governo para o desfecho da reunião do Copom (Comitê de Política Monetária), nesta quarta-feira (2).

Alckmin anunciou que será lançado, no próximo dia 11 de agosto, o PAC 3 (Programa de Aceleração do Crescimento), contendo a maior parte dos projetos de transporte e logística. “Vai ter dinheiro público, do Orçamento – que, neste ano, é quase igual à soma dos últimos quatro anos, para recuperar a malha viária. Também teremos parcerias público-privadas e concessões. Ou seja, um grande volume para melhorar a qualidade das rodovias brasileiras”, disse.

O vice-presidente afirmou, ainda, que vem trabalhando fortemente para desburocratizar a máquina pública. Disse que o governo está aberto à transição energética e às novas possibilidades de combustíveis renováveis. Reforçou que, no caso da desoneração da folha de pagamento, após a sanção da reforma tributária, o desafio será buscar uma solução definitiva para toda a economia.

Os empresários presentes, na reunião, apresentaram as demandas mais urgentes de seus respectivos modais. Entre os temas abordados, estavam: renovação de frota de ônibus, linhas de financiamento para o transporte urbano de passageiros, revisão do marco regulatório do serviço de transporte regular rodoviário coletivo e renovação do Reporto – regime tributário que incentiva a modernização e ampliação da estrutura portuária no Brasil.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 03/08/2023

OPERAÇÕES NO PORTO DE CABEDELLO MANTÉM PROJEÇÕES E SEGUEM EM ALTA NO MÊS DE JUNHO

Informações: Porto de Cabedelo (03 de agosto de 2023)

O Porto de Cabedelo continua impulsionando o desenvolvimento da região, registrando números expressivos em suas operações durante o mês de junho. Foram movimentadas 88.491 toneladas, representando um aumento de 4,88% em comparação com o mesmo período do ano passado.

Destaque para as operações de gasolina, que alcançaram a marca de cerca de 158 mil toneladas, representando um aumento notável de 20,4% em relação ao primeiro semestre de 2022.

No acumulado, o Porto de Cabedelo já movimentou 609.427 toneladas de granéis sólidos e líquidos, evidenciando o constante crescimento e a importância do porto para a economia local.

Dentre as cargas operadas em junho, destacam-se o petcoke, malte, diesel, gasolina e trigo, sendo o petcoke responsável pela movimentação de mais de 42 mil toneladas.

“Esses resultados ressaltam veementemente o comprometimento do Porto de Cabedelo em impulsionar o desenvolvimento econômico e o avanço da Paraíba. Nesse sentido, o porto segue irrevogavelmente empenhado no progresso regional”, sinalizou o diretor-presidente Ricardo Barbosa.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 03/08/2023

SUAPE TEM SALDO POSITIVO NO PRIMEIRO SEMESTRE E ALINHA CRESCIMENTO COM SUSTENTABILIDADE E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL

Informações: Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros (03 de agosto de 2023)

Atracadoiro teve aumento de 5% no volume de cargas em relação ao mesmo período do ano passado e consolida a chegada de novos empreendimentos até 2026, além do início das atividades do TechHub Hidrogênio Verde

O Porto de Suape, o sexto atracadoiro público brasileiro em movimentação de cargas, encerrou o primeiro semestre deste ano com crescimento de 5% nas operações em relação ao mesmo período de 2022, totalizando 12.176.011 toneladas. Esse crescimento está atrelado à localização



estratégica, infraestrutura e uso de novas tecnologias, proporcionando mais celeridade no embarque e desembarque de mercadorias. A Autoridade Portuária registrou 768 atracções de navios em Suape entre janeiro e junho, número 7% superior aos seis primeiros meses do ano anterior (718). O faturamento bruto do porto foi de R\$ 148.282.407,77.

De acordo com o Anuário Estatístico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), os granéis líquidos e gases representaram 71,1% (8.657.205 toneladas) da movimentação semestral do Porto de Suape, seguidos de cargas containerizadas (22,3% e 2.714.329 t), granéis sólidos (4,4% e 532.528 t) e carga geral solta (2,2% e 271.950 t). As rotas de longo curso de granéis líquidos ligam o atracadouro pernambucano a países diversos, a exemplo de Singapura, Estados Unidos, Gana, Holanda, Turquia, Argentina, Bélgica, Estados Unidos, Emirados Árabes Unidos, entre outros.

O hub de veículos, o maior do Norte/Nordeste, opera com exportação, importação e operação de transbordo. No semestre, registrou aumento de 59%, com embarque/desembarque de 42.123 unidades de marcas e fabricantes diversos. O porto é a porta de saída para os carros da Stellantis, produzidos na fábrica da Jeep, em Goiana, e da Fiat, em Betim (MG), tendo como destino países como Argentina e México. No setor de importação, recebe unidades da Toyota e General Motors (GM), além de realizar operação de transbordo de veículos fabricados no Uruguai e na Argentina e distribuídos para vários países do continente americano a partir de Pernambuco.

“Tudo indica que aquela retomada de confiança à qual nos referimos desde que assumimos a gestão do Estado está, de fato, gerando resultados. Temos muito ainda para construir, mas o básico que precisávamos fazer para mexer com Pernambuco, já está acontecendo”, ressaltou o secretário estadual de Desenvolvimento Econômico, Guilherme Cavalcanti.

Segundo o diretor-presidente de Suape, Marcio Guiot, o progresso do porto está atrelado à sua localização estratégica, infraestrutura e ao uso de novas tecnologias, proporcionando mais celeridade nas operações. “Nossa posição é privilegiada, não só em relação ao Nordeste, como a todos os continentes. Estamos próximos dos grandes centros, a exemplo de portos europeus e da costa leste dos Estados Unidos e isso tem sido um grande fator de atração de novos negócios”, enfatizou.

H2V E DESCARBONIZAÇÃO

De olho no futuro sustentável, o porto líder nacional na movimentação de granéis líquidos (petróleo bruto e derivados) e no transporte de cabotagem deu a largada, em maio deste ano, para implementação do TechHub Hidrogênio Verde. O empreendimento, que está sendo viabilizado em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai-PE), ocupará área de 1,3 hectare nas proximidades do centro administrativo da estatal e será voltado para o desenvolvimento de projetos inovadores para produção, transporte, armazenamento e gestão do combustível do futuro.

O TechHub contribuirá, significativamente, para o processo de descarbonização do complexo, por meio do projeto Carbono Neutro. Estão em andamento dois programas sobre o tema: o estoque de carbono, que consiste na elaboração de um inventário na Zona de Preservação Ecológica do atracadouro (ZPEC), e o Compliance Climático, para mensuração da emissão de gases de efeito estufa nos oito municípios do território estratégico da estatal (Cabo de Santo Agostinho, Escada, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Sirinhaém, Ribeirão e Rio Formoso).

EMPREENDIMENTOS

As boas notícias em relação ao atracadouro pernambucano também se refletem na chegada de empreendimentos de grande porte, a exemplo de um novo terminal de contêineres da A.P. Moller-Maersk, um dos gigantes mundiais do setor. Estão previstos investimentos da ordem de R\$ 2,6 bilhões e a criação de 350 novos postos de trabalho. O terminal deverá entrar em operação em 2026 e funcionará numa área de 49,2 hectares ao lado do Estaleiro Atlântico Sul (EAS).

Outro anúncio aguardado com expectativa é a implantação do Terminal de Granéis Sólidos Minerais de Suape, na Ilha de Cocaia, para escoamento da produção das jazidas de ferro localizadas no

Piauí. O empreendimento, que tem custo aproximado de R\$ 1,5 bilhão, depende da conclusão do trecho Salgueiro-Suape da Ferrovia Transnordestina. Quando estiver em operação, vai gerar 400 empregos. No decorrer da obra, serão criados 1.900 postos de trabalhos diretos e 1.400 indiretos.

Até o fim deste ano, está previsto o início das obras da Blau Farmacêutica numa área de 64 hectares, às margens da rodovia Rota do Atlântico, no Cabo de Santo Agostinho. O investimento previsto em contrato é de R\$ 1 bilhão, com geração de 1.400 empregos diretos. A empresa é uma das principais indústrias de medicamentos e insumos hospitalares da América Latina.

O terminal de gás natural liquefeito que será instalado no Cais de Múltiplos Usos (CMU) é outro investimento que vai incrementar as operações portuárias. Arrendado pelo grupo Oncorp e a Shell, o empreendimento já se encontra em obras e deverá entrar em operação em 2024. O investimento é de R\$ 270 milhões.

SOBRE SUAPE

Fundado há 44 anos, no Litoral Sul de Pernambuco, entre os municípios de Ipojuca e Cabo de Santos Agostinho, o Complexo Industrial Portuário de Suape é considerado a âncora e a locomotiva do desenvolvimento do Estado, atraindo grandes empreendimentos em suas cadeias produtivas. Situado a apenas 40 quilômetros do Recife, está instalado em uma área de 17,3 mil hectares (incluindo áreas adjacentes).

O complexo soma investimentos privados de 74,5 bilhões de reais desde a sua inauguração, com mais de 80 empresas em funcionamento, que geram mais de 17 mil postos de trabalho. Suape é exemplo de desenvolvimento econômico com equilíbrio socioambiental, tendo 59% do território ocupado pela estatal pernambucana compõem a Zona de Preservação Ecológica (ZPEC).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 03/08/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

LIRA CITA FALTA DE CONSENSO E DIZ QUE NÃO HÁ DATA PARA VOTAR ARCABOUÇO FISCAL NA CÂMARA

,Presidente da Câmara nega que esteja aguardando reforma ministerial do Planalto para pautar texto. Mas líderes citam incômodo com indefinição de Lula.

Por Victória Abel — Brasília



O presidente da Câmara, Arthur Lira — Foto: Zeca Barreiro/Agência Câmara

A reunião de líderes na Câmara dos Deputados nesta quinta-feira acabou sem definição de data para a votação do projeto do arcabouço fiscal. O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), não quis tocar no assunto, em meio a indefinição de uma reforma ministerial, de acordo com deputados.

sofreu alterações no Senado. Segundo Lira, ainda não há consenso entre os deputados para confirmar ou rejeitar a maior parte dessas mudanças.

O presidente da Câmara, porém, nega relação entre a data de votação do arcabouço fiscal e a reforma ministerial. Lula ainda não sinalizou aos parlamentares do Centrão quando realizará as mudanças ministeriais que prometeu.

— Não há nenhum tipo de relação entre o calendário do arcabouço e a possível modificação por parte do governo na sua base parlamentar — disse Lira. — Não tem ainda consenso. Eu não posso botar uma pauta que o relator não conversou com os líderes, e que não discutimos ainda as alterações do Senado. Isso é natural, e nós temos prazo. Vamos hoje, amanhã, segunda e terça, discutir com o relator e os líderes as alterações do Senado.

Fundo do Distrito Federal

O relator do arcabouço fiscal na Câmara, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), porém, já está à disposição das lideranças parlamentares para debater o parecer desde terça-feira, como contou em entrevista ao GLOBO.

Lira afirmou que os partidos na Câmara só tinham fechado acordo para manter uma das mudanças do Senado: a que retirou o Fundo Constitucional do Distrito Federal das limitações da nova regra fiscal.

— Em tese, a Câmara não pactuou nenhum tipo de alteração, a não ser a discussão do Fundo Constitucional do DF — afirmou o presidente da Câmara.

O líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE) disse que tentou abordar o tema, mas negou que exista atrito com Lira.

— Não inventem fantasmas que não tem sobre essa história — disse.

O presidente da República ainda não sinalizou ao PP, nem ao Republicanos quando chamará os candidatos a cargos de ministros para conversar.

O presidente Arthur Lira saiu da reunião na manhã desta quinta-feira ao lado do companheiro de partido, André Fufuca (PP-MA), cotado para assumir uma das pastas do governo.

Existe uma expectativa de que a lei de cotas seja analisada na semana que vem e será assunto na próxima reunião de líderes, na terça-feira.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/08/2023

PACHECO CRITICA STF SOBRE DESCRIMINALIZAÇÃO DE PORTE DE DROGA E PISO DE ENFERMAGEM

‘É uma invasão de competência do Poder Legislativo’ disse o presidente do Senado, enquanto STF analisa questão

Por Camila Turtelli — Brasília



Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco (PSD-MG). — Foto: Reprodução / TV Senado

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), fez críticas ao Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o que ele considera como “invasão de competência do Poder Legislativo”. Ele se referia a dois temas: o piso da enfermagem e a descriminalização do porte de drogas. Os assuntos estão sendo tratados pelo Supremo Tribunal Federal atualmente. Pacheco considera que são assuntos que

foram debatidos pelo Congresso Nacional e devem ser tratados no âmbito do legislativo.

— Se pretender legalizar ou descriminalizar, que é uma tese que pode ser sustentada por aqueles que defendem que a questão é mais de saúde pública do que uma questão judicial ou uma questão penal, o foro de definição dessa realidade é o Congresso Nacional brasileiro—disse Pacheco no plenário do Senado, que continuou:

— Eu considero que uma decisão, num caso concreto, de descriminalização de um tipo penal criado a partir de uma discussão no Congresso Nacional, que elaborou uma lei, à míngua e sem a criação de um programa de saúde pública governamental a partir da discussão no Congresso Nacional é uma invasão de competência do Poder Legislativo.

Pacheco falou também sobre o piso nacional da enfermagem, já aprovado pelo Congresso. Ele afirmou que a advocacia do Senado vai recorrer da decisão do Supremo que limitou o pagamento do piso nacional da enfermagem. O STF condicionou o pagamento do piso, no caso de enfermeiros celetistas que trabalham em hospitais privados, a um acordo coletivo firmado entre patrões e trabalhadores.

— Há, no âmbito do Supremo Tribunal Federal, o questionamento em relação a esse tema. E é inusitado - é inusitado - que, depois de um projeto, uma proposta de emenda à Constituição, submetida ao crivo de Comissões, de debates, de votação de Plenário, tanto no Senado quanto na Câmara, uma decisão de um juiz, que é o Ministro do Supremo Tribunal Federal, suspenda a eficácia da lei—disse Pacheco.

O Congresso Nacional promulgou em 2022 duas emendas constitucionais sobre do piso da enfermagem.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/08/2023

HADDAD DEFENDE 'AMPLIAÇÃO' DA BASE DO GOVERNO PARA DAR 'MAIS CONFORTO' NAS VOTAÇÕES

Propostas da seara econômica, como Reforma Tributária e regra fiscal, foram aprovadas por ampla margem

Por Renan Monteiro — Brasília



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e os presidentes da Câmara, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco, durante entrevista após reunião na Residência Oficial da Presidência do Senado — Foto: Marcelo Camargo/Agência Brasil

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse nesta quinta-feira que é a favor de ampliar a base de apoio do governo no Congresso Nacional, ao indicar que a reforma ministerial do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para acomodar partidos do Centrão vai ajudar a agenda econômica.

— Quem tem que julgar isso é o presidente da República. Eu sou a favor de ampliar a base? Sou. Penso que isso vai dar mais conforto para o governo, que precisa fazer uma transição e arrumar a desarrumação que foi feita. E isso exige apoio — disse, em entrevista à GloboNews.

Diferentes partidos, como PP e Republicanos, negociam integrar o primeiro escalão do governo. O temor é que a falta de base do governo do Congresso afete o cronograma de pauta do Executivo.

A colunista do GLOBO, Vera Magalhães, destacou em seu blog que o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), tem demonstrado a interlocutores descontentamento com a demora na reforma ministerial.

O ministro evitou fazer comentários sobre nomes cogitados. Quando questionado sobre uma eventual ida da ex-deputada Margarete Coelho para a presidência da Caixa Econômica Federal, disse que se dá "muito bem" com a atual comandante do banco, Rita Serrano, ao enfatizar que "é uma pessoa de carreira".

— Obviamente não é porque um ministro tem uma feição mais conservadora, que ele não tenha uma agenda aderente ao plano de governo. O presidente é uma pessoa que tem apreço por governar, ele não terceiriza o governo. É da personalidade dele querer saber o que está acontecendo com cada pasta — argumenta.

O titular da Fazenda também lembra que o Executivo conta com no máximo 150 deputados governistas (do total de 513). Ele também cita que o presidente Lula assumiu o terceiro mandato em uma "situação atípica" com o resultado eleitoral apertado.

— Quando o presidente, ele próprio, escolheu o slogan 'União e Reconstrução' estava sinalizando que pegou uma situação crítica. Uma pessoa (Bolsonaro) se desesperou para ganhar a eleição e torrou o que o país não tinha. Então ele (Lula) sabia que era uma situação onde tem (sic) que ampliar, dar conforto para que essa agenda (do atual governo) prosperar — avalia.

Pochmann no IBGE

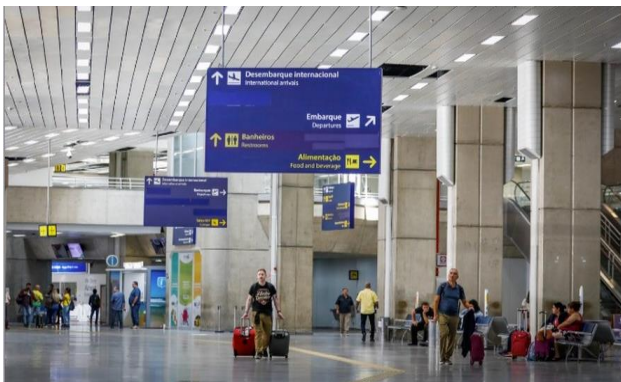
E comentou ainda que não entendeu o "frenesi" em torno de Marcio Pochmann no IBGE. O economista é uma escolha pessoal de Lula para o órgão vinculado à pasta do Planejamento e Orçamento, comandada por Simone Tebet.

— O presidente Lula comentou comigo que havia conversado com a Simone (Tebet) sobre o Pochmann assumir o IBGE. Tem um interino lá (...) Ele é uma pessoa muito próxima do presidente Lula. É um companheiro do partido. Eu não entendi o frenesi entorno desse assunto — declarou Haddad.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 03/08/2023

'A BOLA ESTÁ COM A CHANGI', DIZ MÁRCIO FRANÇA APÓS DECISÃO DO TCU QUE PERMITE EMPRESA FICAR NO GALEÃO

Tribunal de Contas da União autorizou que empresa desista de devolver ativo
Por Renan Monteiro — Brasília



O Aeroporto do Galeão com corredores praticamente vazios — Foto: Guito Moreto/Agência O Globo

O ministro de Porto e Aeroportos, Márcio França, disse nesta quinta-feira que o governo está aguardando a Changi, principal sócia da RIOGaleão, oficializar a desistência do processo de devolução da concessão do aeroporto. O ministro se reuniu com o prefeito do Rio, Eduardo Paes.

Nesta quarta-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou a atual concessionária, controlada pela Changi, a desistir do pedido de devolução que havia feito e negociar com o governo um acordo para permanecer à frente do aeroporto.

O governo consultou a Corte a respeito da possibilidade legal de a União aceitar que uma empresa desista de devolver uma concessão. A resposta permite ao governo encontrar uma solução para que a gigante do setor de aeroportos de Cingapura siga no controle da concessionária RIOgaleão.

Agora, a empresa precisa oficializar que pretende negociar com o governo.

— Nós temos segurança que não tínhamos antes com essa questão de você poder permitir a relicitação. Agora a bola está para cima da Changi, para ela fazer o pleito. Ela precisa mandar um documento, agora, de que ela vai desistir da desistência — disse França, em conversa com jornalistas.

A partir de outubro, haverá uma restrição gradual de voos no Santos Dumont, até que, em janeiro as operações serão apenas de voos entre Rio e São Paulo (Congonhas) e Rio e Brasília. As demais rotas serão transferidas para o Galeão.

Após a reunião, o prefeito do Rio que a decisão do TCU está alinhada com essas iniciativas.

— A decisão do TCU ontem e as iniciativas de reestabelecer conexões para o Galeão estão muito alinhadas. Em breve vamos anunciar um fundo de promoção do aeroporto Galeão, para trazer mais voos — disse Paes, sem entrar em detalhes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/08/2023

REFORMA TRIBUTÁRIA: LIRA DEVE LEVAR TEXTO A PACHECO HOJE, FORMALIZANDO INÍCIO DA TRAMITAÇÃO NO SENADO

Relator Eduardo Braga (MDB-AM) afirma que uma alíquota mínima na proposta pode evitar uma guerra fiscal

Por Victoria Abel — Brasília



Pacheco e Lira conversam em sessão do Congresso: presidente do Senado gera incômodo entre deputados ao impor ritmo mais lento a projetos aprovados na Câmara — Foto: Cristiano Mariz/Agência O Globo/07-09-2022

O texto da Reforma Tributária deve ser entregue formalmente pelo presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), nesta quinta-feira.

A afirmação foi feita ontem pelo relator da proposta, Eduardo Braga (MDB-AM), que defendeu a criação de uma alíquota mínima dos dois tributos resultantes da fusão de cinco impostos sobre o consumo prevista na reforma para evitar uma guerra fiscal sob o novo regime de impostos.

'Decolagem?': The Economist aponta otimismo de investidores internacionais sobre o Brasil
Campos Neto surpreende: presidente do BC acompanha Galípolo e vota por corte de 0,5 ponto na Selic, na primeira decisão do Copom sem consenso em um ano

— Lira está com a intenção de vir ao Senado entregar formalmente o texto ao presidente Rodrigo Pacheco. A partir daí, começará a tramitação da reforma — disse Braga.

A previsão é que o texto seja votado no Senado até o fim de outubro.

Alíquota mínima



Braga defendeu, além da instituição de uma alíquota máxima para o Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual (que se dividirá entre CBS e IBS como resultado da fusão de ISS, ICMS, IPI, PIS e Confins), uma alíquota mínima para que o novo sistema de impostos não acabe em uma guerra fiscal.

Tá perdido? Veja aqui tudo o que você precisa para entender a Reforma Tributária

— É óbvio que ainda não está discutido com o colégio de líderes, mas na minha visão deveria haver um comando de alíquotas mínimas e máximas no texto constitucional. Mínimas, porque existe uma coisa chamada guerra fiscal, e se eu não estabelecer alíquotas mínimas, eu desequilíbrio o sistema tributário.

Transição

Alguns senadores têm defendido a diminuição do tempo de transição para arrecadação da origem para o destino. O relator Eduardo Braga, porém, afirma que um intervalo menor pode prejudicar estados menos preparados.

Reforma Tributária: inversão de forças no Senado amplia influência de Norte e Nordeste para alterar texto

— É prematuro falar em transição mais curta. Em regiões mais maduras sim, onde a questão da origem e destino não é preocupante, sim. Mas em regiões que não estão com essa situação resolvida, a perda de arrecadação é muito profunda. Talvez não se consiga fazer uma transição igual em todas as regiões. Mas como o tributo será nacional, tem que valer quando todos estiverem em condições

Fonte: O Globo - RJ

Data: 03/08/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

FIBRA ÓTICA NO RIOS DA AMAZÔNIA PROMETE CONECTAR 59 CIDADES, EM INICIATIVA SEM PROPORÇÕES NO MUNDO

Empresas poderão usar infraestrutura compartilhada em oito infovias, ao invés de cada uma construir sua própria rede

Por Circe Bonatelli

MANAUS - A instalação de cabos de fibra ótica nos rios da Amazônia, por meio do Programa Norte Conectado, une empresas brasileiras e estrangeiras em uma iniciativa que nunca foi realizada nessas proporções em nenhum lugar do mundo. Ao todo, são 12 mil quilômetros de cabos atravessando os leitos dos rios Negro, Solimões, Puruá, Madeira, Juruá e Branco, ao longo de 59 municípios.

Metade dos cabos foi destinada ao atendimento de órgãos públicos, como escolas, hospitais, polícia e prefeituras. A outra metade será explorada comercialmente pelas empresas em um contrato válido por 15 anos.

Nesta etapa serão construídas três infovias — espécie de dutos por onde passam cabos de fibra ótica —, somando 2,3 mil quilômetros. A produção dos cabos foi feita em duas fábricas da multinacional chinesa ZTT Cables e levou cinco meses para ficar pronta. Depois, foram mais 50 dias para transportar o material da China até o Porto de Manaus.

“Este foi o maior projeto de fibra ótica em rios que já vimos no mundo”, diz o diretor de projetos da ZTT, Jack Zhu. O setor de cabos submarinos já é bem desenvolvido no mercado internacional, mas

há poucas empresas que fabricam cabos subfluviais, já que os rios têm condições variadas de correnteza, tensão, acidez e sedimentos.

“Para nós, foi um grande desafio, porque tivemos de participar de uma licitação e atender especificações locais. Depois, o desafio foi achar um navio grande o suficiente para levar essa quantidade de fibra, mas que não fosse tão grande a ponto de não poder navegar pelos rios até o porto de Manaus”, conta Zhu, que foi até a cidade brasileira acompanhar a chegada dos materiais nesta semana. O Estadão/Broadcast também acompanhou a operação.



especificações locais. Depois, o desafio foi achar um navio grande o suficiente para levar essa quantidade de fibra, mas que não fosse tão grande a ponto de não poder navegar pelos rios até o porto de Manaus”, conta Zhu, que foi até a cidade brasileira acompanhar a chegada dos materiais nesta semana. O Estadão/Broadcast também acompanhou a operação.

Carretel com cabos de fibra ótica produzidos na China Foto: Circe Bonatelli

Os cabos vêm enrolados em carretéis gigantes. Na sequência acontece o transbordo, quando a fibra é transferida do cargueiro internacional para as balsas que vão lançar os cabos nos rios. O processo para desenrolar os carretéis, com 2,3 mil quilômetros de fios, levará 26 dias.

A partir daí, começa outra tarefa com desafios de logística: colocar os cabos nos rios, o que também conta com poucos prestadores de serviço especializados. A função está a cargo da Navegação Prates, empresa familiar de Iranduba, cidade na margem do Rio Negro vizinha de Manaus.

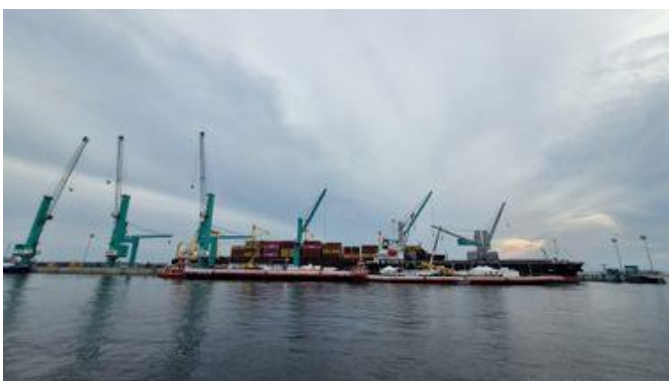
A companhia é da área de transporte fluvial de cargas e já trabalhou com o Exército nas primeiras infovias do País, criadas nos idos de 2015 e 2016. “Nós tivemos de adaptar os equipamentos que lançam os cabos no mar para a realidade dos rios”, conta o dono da empresa, Juarez Prates. “Agora temos de estruturar a embarcação para navegar com 60 a 70 pessoas que vão conviver noite e dia.”

Isso porque o lançamento da fibra nos rios é um trabalho sequencial e ininterrupto, de modo a evitar rompimentos. A balsa vai navegar sem parar o tempo que for necessário para completar os trajetos. A duração varia de 10 a 35 dias, dependendo da extensão das infovias.

Atratividade

O programa atraiu uma série de empresas de atuação nacional e local na sua primeira fase. Do total de oito infovias previstas, duas já estão prontas e foram colocadas a cargo de consórcios que reuniram 12 companhias em cada uma. Elas receberam, em julho, o aval do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para assumir as redes, o que irá acontecer nas próximas semanas.

O consórcio da Infovia 00 (Macapá a Santarém) reúne Aquamar, BR Digital, Claro, Clickip, MobWire, HTM Telecom, Ozônio Telecom, Sea Telecom, Telefônica, TIM, Você Telecom e Easytech. Por sua vez, o consórcio da Infovia 01 (Santarém a Manaus) conta com Aquamar, BR Digital, Claro, Clickip, Easytech, Manaós, MobWire, Ozônio Telecom, PPLink, Telefônica, TIM e Você Telecom.



Descarregamento dos cabos de fibra ótica no Porto de Manaus Foto: Circe Bonatelli

O que atraiu as empresas foi a possibilidade de fazer a exploração comercial das infovias por meio de uma infraestrutura compartilhada. Ou seja: não foi necessário cada uma construir sua própria rede na região, o que exige um investimento alto e desestimula a oferta de internet em cidades do interior.

A licitação não previu pagamento de outorga.

Em vez disso, as empresas ficaram responsáveis pela manutenção das redes, que é um serviço difícil e custoso. São necessárias centrais de atendimento em locais remotos na floresta, além de profissionais com conhecimento técnico e experiência em mergulho. Se houver um rompimento da fibra no leito do rio, o reparo deve ser imediato.

“Essas empresas se responsabilizam por operar e manter toda a infraestrutura. Em troca, têm o direito de uso da fibra”, diz o diretor do Departamento de Infraestrutura e Inclusão Digital do Ministério das Comunicações (MCom), Rômulo Barbosa. “E os agentes da administração pública fazem uso da infraestrutura, mas não integram o consórcio, portanto, não têm custo para seu usufruto.”

Nas próximas infovias, o modelo de operação ainda será definido pelo Comitê Gestor do Programa, liderado pelo ministério. A tendência é replicar a estratégia de consórcios, talvez, com algum ajuste dependendo da experiência observada nas primeiras infovias. “Naturalmente, o uso do modelo atual deverá ser apreciado e, caso necessário, até rediscutido, caso haja alguma especificidade”, diz Barbosa.

Internet rápida para novos municípios

A Claro é uma das operadoras presentes nos dois primeiros consórcios e planeja investir R\$ 50 milhões no projeto. O dinheiro vai para o prolongamento da fibra até a casa dos clientes e para lançamento da banda larga em mais cidades, como Santarém, onde ainda não oferece internet fixa por fibra.

Já em Manaus, maior município da região, a rede aumentará a capacidade de atendimento e servirá de reserva em caso de falhas de outras redes. “A gente olha para o Norte Conectado sob dois vieses. Um: aumentar a robustez das nossas redes que já operam na região. E dois: levar conectividade para onde ainda não temos”, afirma o vice-presidente de estratégia da companhia, Rodrigo Marques.



Norte Conectado: fibra ótica no leito dos rios da Amazônia vai passar por 59 cidades Foto: Circe Bonatelli

Na sua avaliação, o modelo de consórcio é inteligente, pois permite que várias empresas passem a atuar em regiões com poucos habitantes, com cidades isoladas e entrecortadas por rios e florestas, o que dificultava a construção de redes próprias. “Não faz sentido que cada uma tenha a sua rede. No consórcio, os participantes dividem o custo em partes iguais”, diz Marques, acrescentando que a Claro vai analisar a participação nas próximas infovias.

A MobWire, empresa do grupo Alloha, também está nos dois consórcios. Ela é a líder da infovia 00, portanto, responsável pela administração geral do grupo empresarial e contato com as autoridades. “A iniciativa está totalmente em linha com a nossa visão de que não é possível fazer inclusão social sem o lado digital. E as infovias servem para aumentarmos a cobertura na região e termos uma rede com mais capacidade”, conta o diretor de redes da companhia, Cid Kuahara.

A MobWire fornece internet para empresas, inclusive, para provedores locais de pequeno porte. Ela já atua em Macapá e Santarém, e agora passará a atender também as cidades de Alenquer, Almeirim e Monte Alegre (todas no Pará), por onde passa a infovia 00. Kuahara espera o desenvolvimento das economias locais com a chegada da fibra. “A partir do momento em que aparece a infraestrutura digital, também se vê a atração de empresas de outros setores, que muitas vezes não abrem negócios nesses locais por falta de internet”, comenta.



Fibra ótica no leito dos rios da Amazônia vai passar por 59 cidades **Foto: Circe Bonatelli**

Outra grande companhia que se interessou pelo programa foi a TIM. O diretor de assuntos institucionais e regulatórios, Mario Girasole, diz que as infovias serão aproveitadas como uma forma de complementar a oferta de conexão à internet e, possivelmente, lançar novos serviços. “Na região Norte, as cidades são mais distantes umas das outras. É mais difícil conectar a população com fibra. E o satélite não garante transmissão de dados com a velocidade”, diz, ao explicar a importância das infovias.

Para Girasole, o Brasil acertou em criar uma política pública capaz de atrair empresas para atender uma região que, historicamente, conta com pouco acesso à internet fora das capitais. “Não tem como cada empresa construir a sua própria rede em um País tão grande quanto este. Estamos vendo essa onda de interesse porque o programa vai na linha do que as operadoras já fazem há anos no ambiente privado, que é compartilhar as redes”, afirma o executivo, lembrando que a TIM foi pioneira na partilha de redes com a Oi e a Vivo, desde 2013.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/08/2023

PETROBRAS CORTA 76% DOS EMPREGOS NO NORDESTE E DIZ QUE REDUÇÃO É PARTE DE ‘PLANO ESTRATÉGICO’

Estudo da Dieese/FUP aponta queda das vagas ofertadas pela estatal na região nos últimos nove anos; companhia concentra operação no Sudeste

Por Beatriz Capirazi

O número de trabalhadores da Petrobras no Nordeste caiu 76% nos últimos nove anos, de acordo com levantamento do Dieese em parceria com a Federação Única dos Petroleiros (FUP). Para a entidade, a queda de empregos seria consequência da privatização da empresa, levando a estatal a ter uma concentração de sua operação no Sudeste.

Atualmente, o Nordeste conta com apenas 4,1 mil trabalhadores da petroleira. Em 2013, esse número era de 17,4 mil. Em contrapartida, o Sudeste registrou uma queda de 29% no mesmo período, indo de 53 mil funcionários em 2013 para 37,6 mil até o final de 2022.

O levantamento aponta que 34 ativos no valor de US\$ 8,1 bilhões (R\$ 39,5 bilhões) foram alienados pela Petrobras neste período, com o Nordeste respondendo por 42% das unidades privatizadas pela empresa no País e por 16% do montante arrecadado entre 2013 e 2022.

Para o economista do Dieese, Cloviomar Cararine, os dados refletem o processo de privatização da Petrobras. Para ele, a empresa adotou uma “estratégia de reduzir a sua participação no Nordeste”, concentrando-se no Sudeste para focar em ativos mais rentáveis, maiores lucros e dividendos para acionistas.

O coordenador-geral da FUP, Deyvid Bacelar, destaca que os cortes atingiram especialmente a Bahia, que responde por US\$ 4 bilhões (R\$ 19,5 bilhões) das receitas de privatização obtidas pela Petrobras na região nordestina.

Ao todo, houve a venda de 14 ativos, dentre eles a refinaria Landulpho Alves (RIam), no município de São Francisco do Conde. Uma análise feita pelo Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Inep) em 2021 apontou que a Petrobras negociou a refinaria pela metade do preço que poderia receber.



Na época, a refinaria estava avaliada entre US\$ 3 bilhões (R\$ 14,6 bilhões) e US\$ 4 bilhões. No entanto, o grupo Mubadala Capital, dos Emirados Árabes, venceu a disputa pela refinaria com uma oferta de US\$ 1,65 bilhão (R\$ 8 bilhões).

Ao Estadão, a Petrobras afirmou que a concentração no Sudeste teve como base o plano estratégico da empresa, que visava reduzir o endividamento e priorizar os investimentos com maior valor, com foco na exploração do pré-sal.

“Um posicionamento consistente com o crescimento e a priorização da produção no pré-sal nas bacias de Campos e de Santos e com a integração logística com as refinarias em São Paulo e no Rio de Janeiro”, disse a Petrobras em nota.

Outras regiões

Embora a queda tenha sido acentuada no Nordeste, o levantamento aponta uma redução de 48% no número de trabalhadores totais da Petrobras, de 86,1 mil em 2013 para 45,1 mil em 2022.

Juntos, Sul, Norte e Centro-Oeste registraram uma queda de 65%, com o número de trabalhadores caindo de 8,2 para 2,8 mil.

Nos últimos nove anos, a Petrobras vendeu 96 ativos, sendo 82 no Brasil e 14 no exterior totalizando o valor de US\$ 58,5 bilhões (R\$ 285,4 bilhões). O estudo ainda aponta que a gestão do ex-presidente da República, Jair Bolsonaro foi a que mais alienou unidades da Petrobras, no total de 68.

Ao Estadão, a Petrobras afirmou que a diminuição de empregos em todas as regiões do País se deve aos programas de Desligamento Voluntário (PDV), que foram usados como uma ferramenta de “gestão” da companhia com foco na redução de custos e na adequação do perfil da empresa.

Os dados da FUP apontam que as privatizações aconteceram especialmente nos dois primeiros anos de mandato de Bolsonaro. Questionada sobre este ponto, a empresa afirmou que a “atual gestão da empresa debateu e validou propostas a serem consideradas em seu plano estratégico 2024-2028, conforme comunicado divulgado ao mercado em 31/03/2023”.

A empresa ainda destacou que a ação tinha como objetivo alinhar esse novo cenário de retenção de empregados e a estratégia de revisão da carteira de desinvestimentos de ativos da empresa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/08/2023

SAÍDA PELO PACÍFICO: BRASIL QUER USAR PROJETO PARA CRIAR UM ‘ANEL DE FIBRA’ NOS PAÍSES AMAZÔNICOS

País espera ter novo ponto de acesso à internet mundial, além dos cabos do Oceano Atlântico
Por Circe Bonatelli

MANAUS - O governo brasileiro tem a expectativa de que o Programa Norte Conectado - que está colocando 12 mil quilômetros de fibra ótica nos rios da Amazônia - seja expandido para os países vizinhos da região, inclusive, criando uma nova rota de tráfego de dados através do Oceano Pacífico.

Atualmente, a cidade de Fortaleza concentra quase todos os cabos de fibra ótica submarinos que chegam ao Brasil vindos da Europa, América do Norte e África, conectando a internet nacional à do restante do mundo.

Na visão do governo, é importante ter um novo ponto de acesso por meio da rota de cabos que atravessa o Pacífico e países como Colômbia, Peru e Bolívia, por exemplo.

“O problema de termos praticamente só uma saída internacional é que caso os cabos dessas rotas tenham algum problema, nós ficamos mais sujeitos a um apagão de internet”, explica o

superintendente da Anatel, Vinícius Caram. “Ter mais uma rota pelo Pacífico é uma coisa estratégica para a segurança nacional.”



Fibra ótica no leito dos rios da Amazônia vai passar por 59 cidades **Foto: Circe Bonatelli**

A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) está preparando um evento com as agências regulatórias internacionais para setembro. “Vamos chamar os representantes dos demais países para discutir esse tema”, conta o conselheiro da Anatel Moisés Queiroz Moreira.

Dentro desse contexto, o governo tem o objetivo de prolongar as redes de fibra que estão sendo colocadas nos leitos dos rios da Amazônia até os países vizinhos. O primeiro acordo de intenções nesse sentido já foi firmado com a Colômbia.

O pacto binacional foi fechado entre o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, e o ministro da pasta equivalente da Colômbia, Mauricio Lizcano, durante encontro no início de julho, em Brasília.

O acordo prevê que a cidade colombiana de Letícia possa fazer um prolongamento da infovia 02 que será implementada nos próximos meses no Brasil, no trajeto que vai de Tefé (AM) até Tabatinga (AM), município na fronteira entre os dois países.

“Sempre foi um dos objetivos do Programa Norte Conectado, desde a sua concepção, a integração, via internet, dos países vizinhos que compõem a Amazônia”, afirma o diretor do Departamento de Infraestrutura e Inclusão Digital do Ministério das Comunicações, Rômulo Barbosa.

Segundo ele, a pasta já tem estudado a integração com outros países, entre eles a Guiana, Guiana Francesa, Venezuela e Peru, levando em conta também que já existem empresas brasileiras de telecomunicações em algumas cidades nas zonas de fronteira.

“O cenário de integração na região amazônica com o Programa Norte Conectado, e com outras iniciativas transfronteiriças, já está se transformando. Em breve, mudará radicalmente a oferta de serviços de telecomunicações na região, com melhorias significativas de qualidade e reduções drásticas de seu custo para a população em geral”, afirma Barbosa.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 03/08/2023

MERCADO VÊ POSSIBILIDADE DE CORTE DE 0,75 PONTO NA SELIC NAS PRÓXIMAS REUNIÕES DO COPOM

Após decisão da noite desta quarta-feira, 2, expectativa é que instituição passe a adotar o ritmo de cortes de 0,5 ponto porcentual

Por Redação

A decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) desta quarta-feira, 2, sacramentou no mercado a avaliação de que o ritmo de cortes de 0,5 ponto porcentual da taxa Selic por reunião do colegiado será a “velocidade de cruzeiro” do ciclo de afrouxamento. Mas, entre economistas, há quem veja espaço para aceleração do ritmo a 0,75 ponto à frente - uma aposta que pode, inclusive, crescer no mercado de juros, conforme apurou o Estadão/Broadcast.

O colegiado reduziu os juros em 0,5 ponto porcentual, de 13,75% para 13,25%. A decisão não apenas foi dividida - vencedora por cinco votos, contra quatro que defenderam uma baixa mais amena, de 0,25 ponto -, como divergiu das expectativas da maioria dos analistas consultados pelo Projeções Broadcast - de 88 instituições, 62 (70%) esperavam corte de 0,25 ponto, contra apenas 26

(30%) que previam baixa de 0,50. Essa foi a primeira divergência entre o Banco Central e o consenso do mercado desde março de 2021.



Decisão do Copom desta quinta-feira, 3, foi a primeira com os novos diretores Gabriel Galípolo e Ailton Aquino. Foto: Foto: Raphael Ribeiro/BCB

Apesar da decisão dividida, o comitê informou que seus membros “unanimemente” preveem reduções da mesma magnitude nas próximas reuniões. Como resultado, instituições como Banco BV, Barclays, BNP Paribas, G5 Partners e Warren Rena diminuíram suas projeções para a taxa Selic no fim de 2023, de 12%

para 11,75% em todos os casos. As revisões incorporam a baixa 0,25 ponto porcentual maior do que o esperado em agosto, seguida por cortes de 0,5 ponto nas reuniões do Copom de setembro, novembro e dezembro.

O diretor de pesquisa para América Latina do BNP Paribas, Gustavo Arruda, classificou a decisão como um “corte hawkish”, ou duro, por conta do esforço da autoridade monetária para sinalizar um ritmo contido para os próximos ajustes. Na avaliação do analista, o mais provável é que a comunicação do Copom transforme os cenários de cortes de 0,75 ponto porcentual nas próximas reuniões em “riscos de cauda” embutidos nos preços de ativos, embora essa precificação possa crescer com o tempo.

“Entre os cenários possíveis, cortes de 0,5 ponto são a base, e tem um risco de cauda de 0,75 ponto, que pode aumentar à medida que o tempo vai passando. Eu entendo o que tentaram fazer, mas não tenho muita certeza sobre se isso vai mudar as coisas”, afirma Arruda.

Na mesma linha, o sócio e economista-chefe da Quantitas, Ivo Chermont, afirma que o Copom buscou adotar um tom “hawkish” para aparar as apostas de uma redução em ritmo maior, de 0,75 ponto porcentual. No entanto, a tendência é que o comunicado não seja suficiente para zerar as projeções. “Pessoalmente acho que o mercado vai ficar dividido entre 50 e 75 pontos-base, mas a probabilidade deve se concentrar bem no 50. A não ser que os dados comecem a vir maravilhosamente bem”, afirma.

O economista da ASA Investments Leonardo Costa avalia que a surpresa com a magnitude do corte em agosto abre a possibilidade de aceleração do ritmo de quedas, já que o BC poderia ter agido com maior “parcimônia” em um cenário desafiador, com os núcleos de inflação ainda elevados. Para o analista, uma redução da taxa Selic em 0,75 ponto porcentual já na próxima reunião do Copom, nos dias 19 e 20 de setembro, não pode ser descartada.

“Uma vez que o ciclo começou com um corte de 0,50 ponto e o BC está confiante em seu cenário, o risco é dar um pouco mais na próxima reunião, a depender do comportamento da inflação. Essa possibilidade não é o nosso cenário base, mas existe, sim. Está na mesa”, afirma Costa, que também reduziu de 12% para 11,75% a sua projeção para a taxa Selic no fim de 2023. / Cícero Cotrim, Eduardo Laguna, Mateus Fagundes, Aline Bronzati e Francisco Carlos de Assis

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 03/08/2023

VALOR ECONÔMICO (SP)

PROJETOS DE INFRAESTRUTURA IMPULSIONAM O BRASIL

Desenvolvimento de projetos de infraestrutura, como hidrelétricas e melhorias nos meios de transportes, visam uma melhor relação com o meio ambiente, o aprimoramento da logística e o progresso socioeconômico.

Por Dino



Projetos de infraestrutura impulsionam o Brasil DINO

Segundo o antigo Ministério dos Transportes, o MInfra (Ministério da Infraestrutura) entregou o total de 364 obras em infraestrutura de transportes, no período de 2019 a 2022. Os investimentos foram de R\$ 20 bilhões, somados ao aporte de R\$ 117 bilhões de recursos privados. Nesse contexto, diversas obras foram realizadas e

finalizadas, como a expansão da malha ferroviária, a modernização dos portos e a construção de novas rodovias.

Com o objetivo de desenvolver a logística nacional e tornar o país mais competitivo, projetos de infraestrutura estão sendo planejados. Entre eles, destaca-se a construção de novas vias expressas e ampliação de aeroportos, visando agilizar o transporte de mercadorias e passageiros. Essas medidas propõem a redução dos custos logísticos e melhorar a conectividade entre regiões, fomentando o comércio e a geração de empregos.

O empresário Labib Faour Auad, sócio da Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda, comemora os avanços dos projetos de infraestrutura no Brasil. Para ele, esses avanços têm sido fundamentais para o crescimento do setor empresarial e a otimização do transporte de mercadorias pelo país. Labib Auad destaca que essas iniciativas têm proporcionado um ambiente mais propício aos negócios, contribuindo para o desenvolvimento econômico.

Projetos em andamento

Um dos projetos que já saíram do papel é a construção da hidrelétrica no Rio Xingu, em Belo Monte, que além de fornecer energia limpa e renovável, prevê ações socioeconômicas na região, com o objetivo de desenvolver as comunidades locais, promover melhorias em áreas urbanas e na infraestrutura rodoviária.

Daniel Faour Auad, CEO da Ensin Empresa Nacional de Sinalização e Eletrificação Ltda, ressalta a importância dos investimentos em projetos sustentáveis, assim como o impacto positivo da construção da hidrelétrica. “Essas ações refletem o compromisso do Brasil em preservar o meio ambiente, criando perspectivas para o desenvolvimento do turismo sustentável, por exemplo”, pontua.

Projetos futuros

O empresário Jorge Marques Moura, diretor da CLD (Consladel) – Construtora, Laços Detetores e Eletrônica Ltda, destaca a relevância dos projetos futuros de infraestrutura, que envolvem a construção de novas vias expressas e a ampliação dos aeroportos. “São planos que podem trazer agilidade ao processo logístico do país e ser uma oportunidade para ampliar a participação no mercado internacional, além de trazer, principalmente, melhorias e desenvolvimento para diferentes regiões do país”, pontua.

Outro ponto é o investimento em infraestrutura digital. Projetos como o PNC (Plano Nacional de Conectividade) ampliam a cobertura de banda larga e o desenvolvimento de tecnologias de comunicação, fazendo conexões com áreas remotas do país, democratizando o acesso à informação e potencializando oportunidades de negócios, educação e inovação.

A iniciativa PPI (Programa de Parcerias para Investimentos) promove a parceria do governo com a iniciativa privada, com o objetivo de gerar possibilidades para a obtenção de investimentos e recursos. Os empresários Labib Auad, Daniel Auad e Jorge Moura, concordam que a expectativa é que, caso haja continuidade nos investimentos nessas iniciativas, o país possa caminhar rumo a uma infraestrutura moderna e eficiente, o que poderia trazer perspectivas promissoras para a população brasileira.

Website: <https://brasiluz.com/>

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/08/2023

TCU LIBERA NOVA SAÍDA PARA CONCESSÕES COM PROBLEMAS; GALEÃO E VIRACOPOS DEVEM ADERIR

Com decisão do tribunal, o governo federal deverá repactuar contratos; em rodovias, até R\$ 80 bi em obras podem ser destravados

Por Taís Hirata — De São Paulo



Bruno Dantas, presidente do TCU: tribunal aprovou, por unanimidade, a reversão da relicitação de concessões de infraestrutura para que sejam repactuadas — Foto: Divulgação/TCU

O Tribunal de Contas da União (TCU) deu sinal verde a uma nova solução para as concessões problemáticas de infraestrutura, ao permitir a desistência dos processos de devolução dos contratos. A decisão deverá impactar os aeroportos de Galeão, no Rio de Janeiro, e de Viracopos, em Campinas, além de diversas rodovias. Na prática, isso significa que o governo federal poderá repactuar as

concessões, para que os atuais operadores possam permanecer à frente dos negócios.

O tribunal apresentou 15 condições para essa renegociação. A ideia, ressaltou o ministro relator Vital do Rego, foi garantir que a repactuação não significaria “rasgar o atual contrato, para substituí-lo por outro, sem licitação”.

O aval do TCU abre uma nova possibilidade de solução para dezenas de concessões de infraestrutura problemáticas.

Após a decisão do tribunal, os operadores dos aeroportos de Galeão (a Changi, de Cingapura) e Viracopos (Triunfo e UTC) já sinalizaram o plano de aderir. “A Changi reafirma o interesse em buscar uma solução conjunta com o governo federal que permita ao RIOgaleão manter a operação”, disse, em nota. A concessionária de Viracopos disse que analisaria as condicionantes, mas afirmou que “a manifestação oficial de interesse em seguir no ativo, prestando serviços públicos, deve ser formalizada em breve”.

Em rodovias, a percepção também é positiva, porém, alguns atores mantêm ceticismo, principalmente nos casos de contratos que demandam reestruturação ampla. Há dúvidas quanto à disposição do governo e do TCU de permitir uma negociação maior, que altere, por exemplo, as taxas de retorno, traçados e soluções de engenharia, observa uma fonte. Outra preocupação é quanto à eventual necessidade de, nos acordos, reduzir as tarifas.



Em nota, RIOgaleão disse que a Changi reafirma interesse em uma solução para manter a operação

“O governo precisa mudar de verdade os contratos. Em alguns casos, ajustes pequenos não serão suficientes”, avalia Lucas Sant’Anna, sócio do Machado Meyer.

A maior parte das concessões em dificuldades foi licitada durante o governo de Dilma Rousseff, sob premissas excessivamente otimistas, que depois se frustraram com a crise econômica.

Nos últimos anos, o governo federal chegou a tentar outra solução aos contratos, por meio da devolução amigável, para que pudessem ser relicitados. No entanto, o formato vinha sendo alvo de críticas, por se mostrar complexo e lento demais. Desde a publicação da lei que autorizou a devolução, em 2017, apenas um ativo foi relicitado, o aeroporto de São Gonçalo do Amarante (RN).

Nesse contexto, os ministérios de Transportes e de Portos e Aeroportos propuseram ao TCU nova saída às concessões: a repactuação, para permitir a antecipação de obras e dar viabilidade econômico-financeira às operações.

O Ministério dos Transportes já iniciou a negociação para repactuar quatro concessões rodoviárias: a MSVias, da CCR, a ECO 101, da Ecorodovias, a Arteris Fluminense, da Arteris, e a ViaBahia.

A avaliação do ministro Renan Filho é que a nova solução poderá destravar até R\$ 80 bilhões de investimentos em 12 contratos de rodovias. “Todos sabem da dificuldade da lei de relicitação. Se o TCU permitir, vamos reequilibrar os contratos, o que destravaria investimentos e abriria um ambiente novo para os leilões futuros”, disse o ministro, durante evento, na manhã desta quarta-feira (02).

Mesmo com a autorização do TCU, cada caso ainda deverá ser alvo de análise específica para a repactuação. No caso de rodovias, deverão ser levados primeiro os quatro projetos que já estão em discussão e, depois, uma nova leva, dando prioridade aos casos que estão em relicitação, segundo Guilherme Sampaio, diretor da ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres).

As 15 condicionantes apresentadas pelo TCU não surpreenderam o mercado, segundo Cesar Pereira, sócio do escritório Justen, Pereira, Oliveira e Talamini. Para ele, a decisão do plenário do TCU, que foi unânime, sinaliza uma disposição do tribunal em buscar soluções menos rígidas. “As partes devem buscar solução flexível para que os projetos sejam viáveis e que não se percam investimentos. Isso sinaliza que o TCU está aberto a soluções criativas.”

A condicionante mais aguardada pelo setor privado dizia respeito à possibilidade de renegociação do termos contratuais. O tema foi alvo de discussão durante a sessão do plenário. Inicialmente, o acórdão do relator dizia que o governo federal poderia fazer a reprogramação de investimentos e pagamentos de outorgas, mas que o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, definido no momento da licitação, não poderia ser alterado.

Porém, após intervenção da Secex Consenso (órgão do TCU que tem encabeçado conciliações entre poder público e concessionárias), o texto foi flexibilizado - a versão final fala em manter “princípios norteadores” do contrato original e aponta a necessidade de se levar em consideração o interesse público e a vantajosidade da nova solução.

Outra condicionante estabelecida é que, caso o concessionário desista oficialmente da relicitação, não poderá optar novamente por esse caminho no futuro. Além disso, a adesão à repactuação significa desistir de questionamentos em curso. Adicionalmente, o TCU exige a elaboração de estudos que comprovem a vantajosidade da repactuação, em relação à relicitação, que deverão ser submetidos ao órgão.

(Colaborou Francisco Góes, do Rio)

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 03/08/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

EDITAL DE ARRENDAMENTO TRANSITÓRIO PARA ITAJAÍ PREVISTO PARA 25 DE AGOSTO

Por Danilo Oliveira PORTOS E LOGÍSTICA 03/08/2023 - 21:01



Secretário nacional de portos disse que convênio de delegação deve ser assinado ainda no segundo semestre. Antaq aprovou relatório técnico do grupo de trabalho criado para análise e elaboração de estudo concorrencial do projeto do leilão

O lançamento do edital de arrendamento transitório do Porto de Itajaí (SC) foi confirmado para o dia 25 de agosto. O secretário nacional de portos e transportes aquaviários, Fabrizio Pierdomenico, disse que o convênio de delegação deve ser assinado ainda no segundo semestre e lembrou que o Ministério de

Portos e Aeroportos (MPor) manterá a autoridade portuária sob delegação do município de Itajaí. Ele participou, nesta quinta-feira (3), do 10º Congresso Estadual de Direito Aduaneiro, Marítimo e Portuário, na sede da OAB – Subseção de Itajaí, que discutiu a retomada das operações do porto catarinense.

No mesmo evento, o diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), Eduardo Nery, explicou que será um edital de concorrência pública, sem cláusula resolutiva, dando ao operador portuário que vencer o certame, a garantia jurídica de atuar no terminal por 24 meses. O processo será conduzido pela agência reguladora. “Sabemos de toda a urgência e necessidade do porto voltar a operar em sua totalidade. Estamos deixando tudo pronto para sua publicação ser lançada oficialmente no dia 25 deste mês e, possivelmente, ficará com o prazo aberto por até 15 dias, para que as empresas interessadas possam participar”, afirmou Nery.

Já o processo licitatório do arrendamento definitivo para o Porto de Itajaí prevê 35 anos de operações no terminal. O processo será elaborado paralelamente pelo poder concedente ao longo dos dois anos do arrendamento transitório. O modelo do contrato definitivo passará por análises e estudos do Tribunal de Contas da União (TCU). A avaliação do ministério e da Antaq é que não será um modelo simples, mas que vai preservar a autoridade portuária pública.

O governo pretende ofertar ao mercado a oportunidade de operação do terminal e a oportunidade de fazer a gestão do canal de acesso. Um dos desafios a ser estudado será encontrar uma modelagem na qual a autoridade portuária não terá mais o custo de dragagem e a receita da dragagem também deixará de existir.

Na última quarta-feira (2), a Antaq aprovou o relatório técnico do grupo de trabalho criado para análise e elaboração de estudo concorrencial do projeto de leilão para o Porto de Itajaí (SC). O GT conduzido pela recém-criada secretaria de estudos e projetos (SEEP) da Antaq, tem entre as atribuições analisar a participação no certame de grupos econômicos verticalmente integrados ao mercado de transporte marítimo regular de contêineres que atuam no mercado de terminais portuários. A deliberação da agência foi publicada no Diário Oficial da União desta quinta-feira (3).

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, determinou o encaminhamento do relatório aos autos ao Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade) e ao MPor, que poderá encaminhar os

processos ao TCU, caso julgue necessário. Em seu despacho, Nery também ressaltou que o relatório está em linha com as determinações do acórdão 245/2023 do plenário do TCU.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2023

FROTA DE APOIO MARÍTIMO FECHOU 1º SEMESTRE COM 410 EMBARCAÇÕES

Por Danilo Oliveira OFFSHORE 03/08/2023 - 19:24



Steferson Faria (Agência Petrobras)

Relatório mais recente Abeam/Syndarma registrou 193 PSVs e OSRVs, além de 56 AHTS, 25 FSVs e crew boats, 19 PLSVs, 18 RSVs e 16 MPSVs trafegando em AJB

A frota de apoio marítimo em águas jurisdicionais brasileiras encerrou junho com um total de 410 embarcações, duas a mais que no mês anterior, segundo o relatório mais recente da Associação Brasileira das Empresas de Apoio Marítimo (Abeam) e do Sindicato Nacional das Empresas de Navegação Marítima (Syndarma). Foram 361 embarcações de bandeira brasileira (89%) e 49 de bandeira estrangeira (11%), ante 363 brasileiras e 45 estrangeiras na posição de maio de 2023. Em junho do ano passado, a frota era composta por 374 embarcações de bandeira brasileira e 37 de bandeira estrangeira, totalizando 411 unidades.

Em relação a dezembro de 2015, quando a demanda começou a ser impactada pela retração no setor de petróleo e gás, foram desmobilizadas 185 embarcações de bandeira estrangeira e acrescentadas 107 de bandeira brasileira. Cerca de 71 embarcações, originalmente de bandeira estrangeira, tiveram suas bandeiras trocadas para o pavilhão nacional nesse período.

Nem todas as unidades listadas na publicação estão em operação, pois o relatório inclui embarcações que podem ou não estar amparadas por contratos, estar no mercado spot, em manutenção ou fora de operação. O relatório não considera embarcações dos tipos lanchas, pesquisa, nem embarcações com porte inferior a 100 TPB ou BHP inferior a 1.000. Os dados foram obtidos junto à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), à Diretoria de Portos e Costas da Marinha (DPC), publicações especializadas e informações das empresas.

O tamanho da frota ao final do primeiro semestre ficou estável em comparação a maio, que havia registrado 15 unidades a menos do que em abril. A redução de frota, de 423 para 408 entre abril e maio, em relação refletiu principalmente a venda de 17 embarcações da associada Starnav para a empresa Saam Towage. As embarcações foram empregadas no segmento de apoio portuário e, por esta razão, deixaram de integrar a frota de apoio marítimo no Brasil.

De acordo com a publicação, a frota em junho era composta por 47% de PSVs (transporte de suprimentos) e OSRVs (combate a derramamento de óleo), totalizando 193 barcos, duas a mais do que em maio. Outros 15% eram LHs (manuseio de linhas e amarrações) e SVs (mini supridores), que correspondem a 62 barcos. Os AHTS (manuseio de âncoras) somaram 56 unidades no período (14%), enquanto 25 barcos de apoio eram FSVs (supridores de cargas rápidas) e crew boats (transporte de tripulantes), 19 PLSVs (lançamento de linhas), 18 RSVs (embarcações equipadas com robôs) e 16 MPSVs (multipropósito). Os demais segmentos de supplies somam uma fatia de 5%.

A Bram Offshore/Alfanave foi a empresa de navegação com mais embarcações, em operação ou aguardando contratação, com 67 unidades (6 são estrangeiras). A CBO, que opera 44 barcos de apoio, todos de bandeira brasileira, segue na segunda posição nesta última atualização. Segundo o relatório, 25 embarcações de bandeira brasileira faziam parte da frota da Wilson Sons Ultratug em maio, assim como nos meses anteriores de 2023.

Após o reposicionamento, a frota da Starnav se manteve, pelo segundo mês, com 24 barcos de pavilhão nacional — mesma quantidade das frotas da OceanPact e da Tranship, também somente de bandeira brasileira. Na sequência vem a DOF/Norskan com 21 unidades (17 de bandeira brasileira e 4 de bandeira estrangeira). Já a Camorim tinha nesse período 17 unidades de bandeira brasileira em sua frota.

A frota da Bram/Alfanave, segundo o relatório, conta com 47 PSVs/OSRVs, 10 AHTS, dois PLSVs, dois RSVs, dois MPSVs, entre outras embarcações. A CBO é a empresa de apoio offshore que, em junho, tinha mais AHTS: 14 embarcações desse tipo. A Tranship foi a empresa no período com mais embarcações LH/SV: 22 unidades, seguida pela Camorim, com 16. Entre os 19 PLSVs, 5 são operados pela DOF/Norskan, 4 pela Sapura e 3 pela Subsea 7. Dos 18 RSVs, destaque para CBO e DOF/Norskan, com 5 unidades cada, e para a Oceanpact, com 3 unidades.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2023

PROJETO WIND HUNTER DESENVOLVE SISTEMA DE PRODUÇÃO DE ÁGUA PURIFICADA PARA GERAÇÃO DE HIDROGÊNIO

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 03/08/2023 - 17:40



A empresa de navegação japonesa Mitsui OSK Lines (MOL) avança em seu projeto Wind Hunter, para desenvolver um sistema de produção de água pura para geração de hidrogênio. O projeto visa aproveitar a energia eólica offshore para produzir hidrogênio a partir da água a bordo e convertê-lo em propulsão para embarcações.

A produção de hidrogênio requer um alto nível de pureza da água. Para isso, a água do mar é primeiro purificada ao passar por um filtro para remover as impurezas. Mas os filtros atualmente usados exigem substituição frequente, o que

aumenta a carga de trabalho dos tripulantes e impõe um custo significativo.

O armador, a Universidade de Kyushu e a Taiyo Sangyo querem desenvolver filtros duráveis e de alto desempenho, o que exigirá tecnologia avançada na produção de água pura. Neste projeto, a MOL assumirá um papel no gerenciamento de projetos, pesquisa de mercado e fornecimento de expertise em design de sistemas marítimos. A Universidade de Kyushu será responsável por projetar um teste de demonstração de um sistema de produção de água pura, desenvolvimento e aplicação de um filtro de alto desempenho, enquanto a Taiyo Sangyo será responsável pelo desenvolvimento e aplicação de osmose reversa.

A MOL avalia que o desenvolvimento de tecnologia a bordo mais eficiente para produzir água pura a partir da água do mar no projeto Wind Hunter marcará um grande passo para a realização de grandes navios de emissão zero.

O sistema de produção de água pura será projetado para água do mar e para água doce.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2023

YANMAR DESENVOLVE SISTEMA DE CÉLULA DE COMBUSTÍVEL DE HIDROGÊNIO PARA NAVIOS

Da Redação INDÚSTRIA NAVAL 03/08/2023 - 17:40



A Yanmar Power Technology do Japão, uma subsidiária da Yanmar Holdings, desenvolveu um sistema marítimo de célula de combustível de hidrogênio para a descarbonização da indústria marítima.

A empresa informa que planeja propor a instalação do sistema em vários tipos de navios, incluindo navios de passageiros e de carga que operam em áreas costeiras onde o reabastecimento de hidrogênio é relativamente acessível.

A Yanmar se envolveu em várias iniciativas para viabilizar seu sistema, incluindo testes de navegação de navios de demonstração equipados com células de combustível de hidrogênio e realização de testes de reabastecimento de hidrogênio de alta pressão para navios.

A empresa pretende fornecer soluções totais para a descarbonização e digitalização de navios com projetos abrangentes que cobrem todo o trem de força de navios com célula de combustível.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2023

DNIT PUBLICA EDITAL PARA CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DAS IP4 DA REGIÃO AMAZÔNICA

Da Redação NAVEGAÇÃO 03/08/2023 - 17:40

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) publicou na quarta-feira (2) o edital para contratação de serviços de operação, manutenção e regularização de 26 instalações portuárias (IP4) localizadas na região Amazônica. A entrega e abertura das propostas das empresas interessadas está prevista para o próximo dia 14, às 15h.

O modal aquaviário é o principal meio transporte de passageiros e de carga na região amazônica. A continuidade dos serviços de operação e manutenção das Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte, e de suas estruturas complementares como fábricas de gelo e câmaras frigoríficas, tem como objetivo a manutenção das atividades econômicas e a mobilidade na região.

A licitação está dividida em três lotes, totalizando 26 instalações portuárias, distribuídas da seguinte forma: Lote 02, nove IP4s localizadas no estado do Amazonas (Calha do Alto Solimões); Lote 03, nove IP4s localizadas no estado do Amazonas e no estado de Rondônia (Calha do Madeira); e Lote 04, oito IP4s localizadas no estado do Amazonas (Calha do Médio Solimões e Juruá).

Em algumas localidades, as IP4s são o único ponto estruturado para realização da operação portuária, de escoamento da produção local e deslocamento de pessoas. Por ano, no Lote 02 passam mais de 167 mil pessoas e são movimentadas quase 70 mil toneladas de carga.

No Lote 03, mais de 255 mil pessoas utilizam as IP4s como via de transporte. Lá a movimentação de carga supera 54 mil toneladas. No Lote 04, mais de 127 mil pessoas utilizam as instalações como via de transporte e mais de 164 mil toneladas de carga circulam anualmente.

A contratação pretendida dos três lotes tem valor total previsto de R\$ 225.865.773,20. As propostas e andamento da licitação devem ser feitas e consultadas pelo link: www.gov.br/compras/edital/393003-5-00329-2023.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2023

PORTOS RS REALIZA MANUTENÇÃO GERAL DA SINALIZAÇÃO NÁUTICA

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/08/2023 - 17:40



O ciclone extratropical que atingiu o Rio Grande do Sul no dia 13 de julho causou efeitos em todas as áreas, inclusive na sinalização náutica. Um dia após a passagem do fenômeno climático, a Portos RS deu início ao processo de identificação na sinalização de toda a área de hidrovia sob sua administração.

A bordo do navio balizador "Benjamin Constant", a equipe percorreu o Canal do Rio Grande, a Lagoa dos Patos, o Canal São Gonçalo, o Lago Guaíba e os rios Jacuí, Taquari, Caí, Sinos e Gravataí. Após o levantamento, o trabalho de reposicionamento teve

início no dia 17, com as atividades acontecendo no Lago Guaíba.

O cronograma inicial também contemplou os canais Cristal, do Pólo, Itapuã, Cará, Humaitá e Furadinho. Já no dia 23, a tripulação deixou o Porto de Porto Alegre navegando pela Lagoa dos Patos em direção ao Canal da Barra do Rio Grande e atracou no Porto de Pelotas no dia 25.

Ao longo desse período foram realizados 31 reposicionamentos de boias, 29 resgates de equipamentos que acabaram ficando à deriva após a passagem do ciclone, 20 limpezas e desobstruções, quatro trocas de material de fundeio, três substituições de lanternas e cinco instalações de boias completas.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2023

HUB DE H2V DO COMPLEXO DO PECÉM: FORTESCUE APRESENTA SEU PRIMEIRO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

Da Redação PORTOS E LOGÍSTICA 03/08/2023 - 17:40



Primeira empresa a assinar um pré-contrato para a instalação de uma usina de hidrogênio verde (H2V) no Complexo do Pecém, a Fortescue apresentou, nesta quarta-feira (2), seu primeiro Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (Rima) para licenciar seu projeto no Estado do Ceará. A apresentação foi realizada durante a audiência pública no auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) – Campus Pecém.

A Fortescue protocolou o EIA/Rima da planta de hidrogênio verde para atendimento às normas locais de licenciamento ambiental, estabelecidas pela Superintendência Estadual de Meio Ambiente (Semace). Com isso, a multinacional australiana se tornou a primeira empresa no Brasil a apresentar esse estudo para o desenvolvimento de um projeto de H2V em larga escala.

Conforme detalhado no EIA/Rima, a planta da Fortescue será potencialmente desenvolvida no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, mais especificamente no Setor 2 da ZPE Ceará, em 2 etapas: Fases 1 e 2 – 1.200 MW e fases 3 – 900 MW. Este projeto tem potencial para produzir 837 toneladas de hidrogênio verde por dia a partir do consumo de 2.100 MW de energia renovável. De acordo com o Estudo de Impacto Ambiental, o projeto também tem potencial para gerar cerca de 5.000 empregos na fase de construção.

“A apresentação do EIA/Rima e a realização da audiência pública são um marco para nós e um novo passo para o desenvolvimento da indústria do hidrogênio verde no Nordeste. O H2V permitirá o estabelecimento de indústrias verdes em grande escala, que impulsionarão o crescimento e criarão muitos empregos para a economia brasileira”, disse Luis Viga, diretor da Fortescue no Brasil.



A audiência pública é a última etapa do processo final para obtenção da Licença Prévia (LP). Após isso, o processo segue com a solicitação da Licença de Implantação (LI) e de Operação (LO). A Fortescue também garante que buscará fornecer benefícios econômicos e sociais positivos, empregos, treinamento e desenvolvimento de habilidades em todas as etapas do seu projeto no Pecém.

Hub de hidrogênio verde

Criado em fevereiro de 2021 pelo governo do estado Ceará, em parceria com o Complexo do Pecém, Federação das Indústrias do Ceará (Fiec) e Universidade Federal do Ceará (UFC), o HUB de Hidrogênio Verde tem atraído diversas empresas interessadas em instalar no Complexo do Pecém, mais especificamente na área da ZPE Ceará, plantas para a produção e distribuição deste que é considerado o combustível do futuro. Até o momento, 31 Memorandos de Entendimento (MoUs) já foram assinados como parte do HUB.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 03/08/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 03/08/2023